



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PATRÍCIA SERYS ARAÚJO SILVA

**O ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO CRAS MALVINAS: A
CONSTRUÇÃO DE RESPOSTAS EM SEU TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA**

CAMPINA GRANDE - PB

2016

PATRÍCIA SERYS ARAÚJO SILVA

**O ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO CRAS MALVINAS: A
CONSTRUÇÃO DE RESPOSTAS EM SEU TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA**

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), em cumprimento às exigências para
obtenção do título de **Bacharel em Serviço
Social**.

Orientadora: Prof^a. Patrícia Crispim Moreira

CAMPINA GRANDE - PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Patrícia Serys Araújo
O atendimento à criança e ao adolescente no CRAS Malvinas
[manuscrito] : a construção de respostas em seu território de
abrangência / Patrícia Serys Araújo Silva. - 2016.
64 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Patrícia Crispim Moreira,
Departamento de Serviço Social".

1. Crianças e adolescentes. 2. Proteção social básica. 3.
Assistência social. 4. Política social. 5. CRAS. I. Título.
21. ed. CDD 361.613

PATRÍCIA SERYS ARAÚJO SILVA

**O ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO CRAS MALVINAS: A
CONSTRUÇÃO DE RESPOSTAS EM SEU TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), em cumprimento às exigências para
obtenção do título de **Bacharel em Serviço
Social**.

Aprovada em: 14/11/2016.

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Crispim Moreira

Profª. Ms. Patrícia Crispim Moreira / UEPB
Orientadora

Maria Noalda Ramalho

Profª.Drª. Maria Noalda Ramalho / UEPB
Examinadora

Magna Adriana Carvalho

Magna Adriana Carvalho – Assistente Social / CRAS Malvinas
Examinadora

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo analisar a importância do trabalho com Crianças e/ou Adolescentes na Proteção Social Básica, tendo como referência uma pesquisa realizada em todos os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS do município de Campina Grande/PB, no intuito de desvelar uma forma viável de inserção deste público no CRAS Malvinas, levando em consideração a bibliografia que aborda essa temática, bem como a observação participante, no período de estágio. Através dessa pesquisa que compreendeu 100% das unidades do município, foi possível identificar os limites e as possibilidades para se trabalhar essa demanda da Proteção Social Básica, mesmo diante dos desafios existentes e que dificultavam a reinserção desses usuários na referida instituição. Apesar de todas as dificuldades elencadas pelos profissionais pesquisados, o objetivo deste trabalho foi alcançado através da parceria efetivada entre o CRAS Malvinas e a Escola Municipal Advogado Otávio Amorim, elaborando-se uma estratégia de ação para inserção desse público, tendo em vista a importância desse serviço para a Criança e/ou Adolescente, sua família e a comunidade em que estão inseridos.

Palavras-chave: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Crianças e Adolescentes, Proteção Social Básica.

ABSTRACT

The objective of this monographic study is to analyze the importance of working with children and/or adolescents in Basic Social Protection, based on a survey carried out in all Social Assistance Reference Centers - CRAS in the city of Campina Grande/PB. To unveil a viable way of insertion of this public not CRAS Malvinas, taking into account the bibliography that addresses this issue, as well as a participant observation, during the internship period. Through this research, which comprises 100% of the units of the municipality, it was possible to identify the limits and possibilities for the development of the Basic Social Protection power of attorney, even the existing challenges that hindered the reintegration of users into the brand. In spite of all the difficulties highlighted by professionals researched, the objective of this work was achieved by an effective partnership between the CRAS Malvinas and the Municipal School Advogado Otávio Amorim, elaborating a strategy of action for insertion of public, in view of a service For a Child and/or Adolescent, their family and community in which they are inserted.

Keywords: Living Services and Strengthening Linkages, children and adolescents, Basic Social Protection

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ASG	Auxiliar de Serviços Gerais
CAPs	Centro de Atenção Psicossocial
CEHAP	Companhia Estadual de Habitação Popular
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
CSU	Centro Social Urbano
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MP	Ministério Público
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Atendimento Integral à Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PM	Polícia Militar
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSF	Programa Saúde da Família
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEPLAN	Secretaria do Planejamento e Orçamento
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	O PAPEL DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	10
2.1	As novas configurações da Política Social no Brasil.....	11
2.2	Algumas reflexões sobre o percurso histórico do atendimento à Criança e ao Adolescente no Brasil.....	14
3	A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CRAS MALVINAS: Uma análise da construção metodológica do trabalho com crianças e adolescentes em seu território.....	24
3.1	Caracterização do campo de estágio.....	24
3.2	Relato do trabalho desenvolvido ao longo do estágio supervisionado.....	33
4	ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PARCERIA REALIZADA ENTRE A ESCOLA MUNICIPAL ADVOGADO OTÁVIO AMORIM E O CRAS MALVINAS.....	45
4.1	Análise do trabalho desenvolvido com Crianças e/ou Adolescentes nos Centros de Referência de Assistência Social em Campina Grande/PB.....	47
5	CONSIDERAÇÕES	52
	REFERÊNCIAS.....	56
	APÊNDICES.....	60

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado da experiência vivenciada no estágio curricular obrigatório realizado no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Malvinas, no município de Campina Grande/PB, onde foi desenvolvido um processo de identificação e reconhecimento de demandas existentes e, a partir daí a necessidade de se pensar o enfrentamento às mesmas, em forma de encaminhamentos no cotidiano do exercício profissional. Nesse sentido, a Política da Criança e do Adolescente foi o foco de nossa atenção, visto que o Coletivo Criança e Adolescente não havia sido formado no referido CRAS devido às mais variadas dificuldades, o que impulsionou a busca quanto ao entendimento sobre a inviabilidade da formação desse coletivo até aquele momento, já que isso configurava a inexistência de um trabalho realizado pelo CRAS com esse tipo de usuário em seu território de abrangência e limitava as próprias atribuições que caracterizam a existência de um CRAS, cujo atendimento é voltado também a dar suporte as famílias, e isso inclui crianças, adultos e idosos.

O estágio foi realizado no período de setembro de 2014 a julho de 2016, onde a princípio percebeu-se, juntamente com outras estagiárias de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, a ausência de trabalho voltado para crianças e adolescentes naquele CRAS, existindo apenas coletivos de mulheres e idosos na instituição. Devido a identificação imediata da necessidade de compreender os porquês dessa demanda e construir respostas e encaminhamentos para a mesma, como também diante das dificuldades apresentadas pela equipe profissional do CRAS Malvinas em formar e manter um grupo com esses usuários, realizou-se uma pesquisa em todos os Centros de Referências da Assistência Social do município, a fim de identificar os limites e possibilidades desse tipo de trabalho no município e buscar alternativa(s) de contribuição para inseri-lo nos serviços ofertados pelo CRAS Malvinas.

Através da observação participante em campo de estágio, foi identificado que uma das formas de trabalho com crianças e/ou adolescentes através dos CRAS, acontece por meio de parcerias com outras instituições. Diante dessa constatação, realizou-se sondagem numa instituição de ensino no bairro Malvinas, na Escola Municipal Advogado Otávio Amorim, onde em contato com a diretoria desta escola, foi flexibilizada uma parceria com o CRAS Malvinas, iniciando-se, assim, um trabalho

com crianças e adolescentes mediante um projeto de intervenção, aqui registrado enquanto relato de experiência nesse trabalho monográfico.

Esse trabalho então objetivou o relato de todo o processo desenvolvido para identificação e reconhecimento de demandas existentes voltadas ao atendimento a Criança e Adolescente na instituição do CRAS Malvinas, bem como a análise dos resultados da pesquisa realizada em todos os Centros de Referência de Assistência Social que abrangem o município, apontando sua importância para a elaboração de uma proposta de intervenção, junto a equipe técnica do CRAS Malvinas, a fim de inserir esse público em seus trabalhos. Além disso, foram relatados e apresentados os resultados da parceria realizada entre a Instituição de Ensino e o CRAS Malvinas para ambas instituições e para o público direta e indiretamente afetado. Para tanto, toda essa contextualização foi dividida em 3 capítulos que estão seguidamente elencados.

No primeiro capítulo deste presente trabalho abordamos o papel da Proteção Social Básica da Assistência Social, dentro de uma reflexão sobre alguns marcos da trajetória histórica da Política Social no Brasil, bem como suas novas configurações e estratégias de descentralização e territorialização. Também foram feitas algumas reflexões sobre o percurso histórico do atendimento à Criança e ao Adolescente no Brasil, desde a abolição da escravatura no país até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fazendo referência, na Política de Assistência Social, ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Crianças e/ou Adolescentes, bem como seus objetivos.

O segundo capítulo refere-se à caracterização do campo de estágio (CRAS Malvinas), abordando suas características físicas, o trabalho desenvolvido nessa instituição, a equipe de profissionais, além de trazer uma breve reflexão sobre a criação do bairro Malvinas e fundação do CRAS. Também foi relatado o trabalho desenvolvido ao longo do estágio curricular obrigatório pela Equipe de Estagiárias de Serviço Social da UEPB nesse CRAS, fazendo-se referência a pesquisa realizada em todos os Centros de Referência de Assistência Social do município de Campina Grande/PB, a fim de desvelar os limites e possibilidades do trabalho com crianças e/ou adolescentes nesses centros de referência. Além disso abordou-se toda a metodologia desenvolvida no Projeto de Intervenção durante o Estágio, através da parceria entre o CRAS Malvinas e a Escola Municipal Advogado Otávio Amorim.

No terceiro capítulo, foram apresentados os impactos dessa parceria, os quais foram avaliados pelas estagiárias envolvidas, pela equipe pedagógica das turmas de alunos onde esse projeto foi desenvolvido, bem como pela diretoria. Foi também avaliado o trabalho com crianças e/ou adolescentes nos Centros de Referência de Assistência Social do município de Campina Grande/PB.

Nas considerações, arrematamos nossa análise com sugestões acerca de encaminhamentos e possibilidades concretas, face aos desafios identificados nesse trajeto.

2. O PAPEL DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Levando-se em consideração a importância de se compreender o papel da Proteção Social Básica de Assistência Social ao se discutir o cotidiano de um CRAS, esse capítulo foi introduzido por algumas reflexões acerca do percurso histórico da Assistência Social no Brasil. Em seguida, com vistas no foco especial da Política da Criança e do Adolescente no Brasil, foram traçadas algumas considerações acerca desse tema, dado o nosso olhar ter-se voltado de modo especial para esse público-alvo durante o estágio.

Segundo Fonseca *et al.* (2016), a política de assistência social é marcada por uma trajetória histórica, com inúmeras peculiaridades nos diversos países capitalistas, dentre os quais é possível situar o Brasil. Este processo trata-se de um espaço de conquistas, com avanços identificados apenas a partir da Constituição Federal de 1988, marco histórico que divide o desenvolvimento da Política Social no país.

As políticas sociais no Brasil foram regulamentadas pelo Governo Vargas em 1930, período de grande impulso industrial e surgimento do movimento sindical operário. Nesse momento a política social era notavelmente restrita, baseada no princípio da “cidadania regulada”, direcionada a uma lógica contributiva, de modo que somente aqueles trabalhadores devidamente regulamentados por meio de carteira de trabalho e inseridos nos sindicatos tinham acesso à proteção social.

Nesse período também houve a criação de importantes políticas como: o Instituto de Aposentadoria e Pensões – IAP e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Na década de 1940, as políticas assistenciais começaram a ser pensadas e organizadas pela Legião Brasileira de Assistência – LBA, mas mantinha a lógica do favor e do clientelismo, favorecendo assim os interesses majoritários das elites brasileiras, sendo também acompanhada por instituições religiosas, que a restringiam a uma mera “moeda de troca” política (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Essa característica da Política Social só vai ser modificada no final da década de 1980 com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde houve significativos avanços e conquistas no campo da política social, ampliando o conceito de cidadania e adotando o modelo de Seguridade Social que compreende a saúde, a previdência social e a assistência social, “no sentido de articulá-las e formar uma rede de proteção ampliada, coerente e consistente” (BEHRING e

BOSCHETTI, 2011, p. 158), como abordaremos no próximo item, descrevendo as características que foram adotadas após a Constituição.

2.1 As novas configurações da Política Social no Brasil

A Constituição Federal de 1988 configurou grandes avanços na política social brasileira, com ênfase na assistência social que compõe o “tripé” da seguridade social (saúde, previdência e assistência social). A partir de então, passa a ser vista como uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado, rompendo assim com a herança conservadora da assistência social, vista por muito tempo como filantropia e assistencialismo, bases de reprodução da desigualdade social e fortalecimento do clientelismo. Desse modo, o Brasil passa a ter “um padrão público universal de proteção social”. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 156).

Neste momento, a assistência social passa a ser um direito para aqueles que dela necessitam, ao contrário do que se tinha antes, em que tal política era destinada apenas para quem contribuísse. Assim sendo, o artigo 203 da Constituição de 1988 declara que “[...] a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social [...]” (BRASIL, 2006). Em 1993 houve a reafirmação da assistência social com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em 2004, a revisão da Política Nacional da Assistência Social – PNAS e em 2005 a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, dando subsídio a proposta da Constituição/1988 de romper com “as ações focalizadas, fragmentadas e emergenciais que marcaram esta política dentro de uma perspectiva histórica” (GUIMARÃES, 2007, p. 2).

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/93) sancionada no governo de Itamar Franco, vem legitimar a assistência social numa perspectiva de igualdade, universalidade e participação popular no âmbito da sua gestão, mas a implementação dessa política só vai acontecer no governo Lula, com o objetivo de autonomizar o sujeito para que se torne independente, indo na direção do desenvolvimento humano e social.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (BRASIL, 2009a), inserida na resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, o SUAS apresenta duas modalidades de efetivação da proteção social, a básica e a especial.

A Proteção Social Básica divide-se em Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, cujo objetivo é prevenir situações de risco, por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), através do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinados a população que vive em situação de vulnerabilidade social. Já a Proteção Social Especial é destinada à famílias e indivíduos em situação de risco social ou pessoal, que tiveram seus direitos violados ou ameaçados. Esse serviço tem caráter protetivo e é ofertado nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS).

Apesar de todos os avanços no campo das políticas sociais, é possível identificar muitas limitações no âmbito de sua implementação, de modo que “a assistência social é a política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas [...]” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 161). Uma das grandes limitações que vem impedindo a efetivação dessa política é a ofensiva neoliberal¹, adotada pelo Brasil desde a década de 1990, cuja tendência aponta para a seletividade e descentralização de direitos sociais concretizados no estado mínimo, indo contra o princípio da universalidade conquistado em 1988, através da Constituição Federal.

Apesar das limitações impostas por essa conjuntura, a formulação da nova Constituição Federal significou uma renovação para a política social no Brasil e os princípios da descentralização e da territorialização passaram a ser fundamentais para a consolidação da política de assistência social no país e se configuram como novas estratégias de gestão e organização. A primeira ação elaborada dentro da nova perspectiva da assistência social pós 1988 foi a criação da Lei 8.742 (Lei Orgânica da Assistência – LOAS), constituída em 1993 e formulada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Conforme Ribeiro (2012), a descentralização e a territorialização das políticas sociais são estratégias criadas pelo Governo Federal com o intuito de possibilitar maior flexibilidade aos Estados e Municípios, para que as políticas sociais pudessem

¹ Trata-se de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011. P. 148).

se adequar e se desenvolver de acordo com a realidade política, social e econômica de cada região do país.

O SUAS apresenta um modelo de gestão descentralizado e participativo, com organização em todo território nacional, propondo uma gestão articulada entre União, Estados e Municípios, estabelecendo um sistema de corporação por meio de convênios. Na LOAS encontram-se as diretrizes que dão sustentação à descentralização e a territorialização da política de assistência social no Brasil (GUIMARÃES, 2007).

A partir da Constituição de 1988 e da implementação da LOAS, a assistência social passou por um período de transição que está situada até os dias atuais, uma vez que a reordenação democrática política no país é recente e a assistência social vem acompanhando esse reordenamento.

Diante do exposto, foi possível identificar que a trajetória da política social no Brasil sinaliza momentos de avanços e retrocessos no âmbito da sua gestão, podendo deste modo, serem identificados antes e depois da Constituição Federal de 1988, visto que os princípios estabelecidos na Constituição com relação a Assistência Social trazem a descentralização e universalidade como princípios importantes para a sua efetivação. No entanto, diante da ofensiva neoliberal e das condições inerentes ao modo de produção capitalista, há um distanciamento na prática desses princípios, restringindo-os a uma mera teoria, onde “um conjunto de medidas burocrático-administrativas não é capaz de conduzir, por si só, à realização da cidadania e apenas as políticas sociais não são suficientes para efetivá-las” (IAMAMOTO, 2012, p. 163). Entende-se que a política social seja uma das melhores formas de enfrentamento das expressões da “questão social”² e mesmo sendo efetivamente implementada como descreve a Constituição de 1988, ainda permaneceria a desigualdade social, pois esta é inerente ao modo de produção capitalista, não sendo as políticas sociais suficientes para eliminarem a miséria, dentro desse contexto seletivo e excludente.

Na cena contemporânea da conjuntura social brasileira, vivencia-se uma devastadora sucessão de perda de direitos sociais, outrora já adquiridos, no governo ilegítimo de Michel Temer. Essas perdas sucessivas materializam-se através de

²“A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social [...], enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 1998, p.27).

propostas “governamentais”, que vêm beneficiar as elites brasileiras e seus interesses muito particulares, causando no sentido inverso, o agravamento da pauperização material e social da população brasileira pertencente ao quadro de baixa ou nenhuma renda. Diante dessa conjuntura, o assistente social tem o papel muito importante, no desempenho de suas funções, “no sentido de contribuir para assegurar e ampliar as conquistas já obtidas constitucionalmente, interferindo no processo de regulamentação legal” (IAMAMOTO, 2012, p. 163).

Com todas as ressalvas e críticas acerca das gestões anteriores, compreende-se que nas últimas gestões houve avanços significativos na rede de promoção e proteção social no Brasil, onde programas foram aprimorados e os chamados “benefícios” foram fortalecidos³, com “ações voltadas à geração de trabalho e renda para famílias em situação de vulnerabilidade social [...]” (BRASIL, 2009b, p. 5). Isso fica bem mais claro quando se considera os cortes de programas sociais realizados no governo de Temer, bem como a crise que gera o aumento do desemprego no país.

O Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS apresenta reflexões sobre os investimentos em políticas sociais voltadas para as famílias necessitadas, bem como a importância de ações do Estado para o desenvolvimento do Brasil, afirmando que a proteção e promoção social “[...] desde o início do governo Lula, foram ganhando espaço como prioridade, a partir do reconhecimento de que só há desenvolvimento se o crescimento econômico for somado à proteção social, ou seja, que ações sociais de Estado são fundamentais para o processo de desenvolvimento de um país” (BRASIL, 2009b, p. 5). De fato, o crescimento econômico deve ocasionar uma maior cobertura na proteção social, a fim de diminuir as desigualdades sociais.

No sentido de adentrarmos a compreensão da trajetória histórica da Política da Criança e do Adolescente, trabalharemos no próximo item essa referida temática.

2.2 Algumas reflexões sobre o percurso histórico do atendimento à Criança e ao Adolescente no Brasil

³ Aprimorou-se o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família; fortaleceu-se o Benefício de Prestação Continuada – BPC; instituiu-se o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e etc.

Para que a criança e também o adolescente no Brasil fossem considerados sujeitos de direitos, houve um grande percurso histórico, pois no Brasil colonial e imperial, as relações sociais e econômicas se reproduziam num contexto de colonização e escravidão negra, onde era necessário povoar e obter mão de obra para um país recém descoberto como o Brasil e, para tanto, a escravidão negra formou e modelou essas relações, onde as crianças negras também tornaram-se escravas e não possuíam nenhuma proteção da sociedade, ao contrário, serviam como brinquedos dos filhos dos senhores, como se fossem cavalinhos ou macaquinhos, conforme aponta Pilotti e Rizzini (1995, p. 222, 224).

A Igreja Católica era quem prestava assistência aos menores abandonados e até os filhos de colonos e crianças indígenas integravam-se à catequese dos jesuítas, para servir-lhes de ajudantes. Nesse período, a criança e o adolescente eram considerados objetos sem valor e nos séculos XVI e XIX, as crianças que chegavam da África eram separadas de seus pais para ajudarem outros negros nos trabalhos do campo, nos ofícios ou serviços domésticos (SIMÕES, 2012).

O crescimento de crianças abandonadas no século XVII chamou a atenção de autoridades que solicitaram ajuda financeira do rei Dom João para criação de uma Roda dos Desvalidos⁴ (ou Roda dos Expostos, como também era conhecida), para recolhimento e assistência a estas crianças. Os pais desses abandonados eram culpabilizados por esse crescimento, sem se levar em consideração as dificuldades de extrema pobreza, a violência a que muitas mulheres escravas eram submetidas na gravidez, às rupturas das famílias, entre outros. Em carta enviada ao rei a fim de solicitar-lhe ajuda financeira para criação da Roda, relata-se que “como a constituição do clima conduz muito para a liberdade, não faltam ociosos que se aproveitam dela, para continuarem na repetição dos vícios; deles procede haver tal número de crianças expostas, que sem piedade as lançam nas ruas [...]” Pilotti e Rizzini (1995, p. 224).

Ainda, conforme o autor (p. 229), o frequente abandono de crianças nas ruas gerou escândalo público:

⁴ A roda era um cilindro instalado verticalmente nas casas de famílias abastadas, conventos, santas casas, hospitais, cujo fim era receber recém nascidos abandonados, evitando que estes fossem expostos nas ruas ou comidos pelos animais famintos. No Brasil, a primeira roda foi criada em Salvador, em 1726. A da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo, instalou-se em 1825. A roda foi uma das primeiras expressões de parto anônimo (SIMÕES, 2012, p. 224).

O número de crianças abandonadas nas ruas causou escândalo público. As mães deixavam os filhos à noite nas ruas sujas. Frequentemente eram devoradas pelos cães e outros animais que rondavam pelas ruas da capital brasileira. Em outras ocasiões, morriam simplesmente de fome [...]. O grande número de enjeitados era considerado pelas autoridades como indício do desleixo moral da população baiana [...] Dom João V exortou o arcebispo e o vice-rei a fazerem algo para remediar essa mancha na reputação nacional.

É importante ressaltar que esse abandono de crianças também acontecia entre pessoas da alta estirpe social, onde estas eram frutos de amores e relacionamentos ilícitos, sendo abandonadas no breu da noite no intuito de se evitar escândalos que pudessem “desonrar” a imagem de homens e mulheres economicamente “abastados”, garantindo assim o anonimato desses abandonos.

Com a abolição da escravatura, os escravos e suas famílias aglomeraram-se nas periferias das cidades, formando-se as primeiras favelas, o que aumentou o número de crianças abandonadas e sem identificação civil.

De acordo com Simões (2012), com o processo de urbanização e industrialização, o assistencialismo era concedido pelas elites de forma precária e, no início do século XX, as benemerências sociais apenas camuflavam a exploração de mão de obra barata e objetivava a higiene social.

Em 1854, o governo imperial aprovou o Decreto nº 1.331A, cujo objetivo era recolher as crianças, menores de 12 anos do sexo masculino, para o Asilo de Meninos Desvalidos, mantido mensalmente pelo governo. Tinha o enganoso dilema de educar ou recuperar o menor, no entanto seu intuito era preparar essas crianças para o trabalho, ensinando-lhes apenas as coisas básicas para desempenharem os ofícios necessários ao processo de industrialização. A assistência oficial voltava-se a práticas de correção, recolhendo menores abandonados e viciosos para institutos, reformatórios e escolas correcionais, onde predominava “a pauta repressiva, para a qual a orfandade e a pobreza justificam a apreensão do menor”, a fim de limpar a cidade e isolar os indesejáveis (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 247).

Na primeira década do século XX, empreende-se uma política de criação de instituições, dentre elas, o Instituto Disciplinar em 1902, para atender abandonados, moralmente abandonados e delinquentes (como eram considerados aqueles que cometiam algum crime), reeducando jovens entre 9 e 21 anos, através de um instituto correcional, industrial e agrícola. Em 1921, cria-se a primeira medida de organização da assistência à infância, com a Lei Orçamentária Federal nº 4.242 de

05/01/1921, consistindo na fundação de duas novas instituições para menores, dentre elas a Escola 15 de Novembro, considerada posteriormente “como uma escola de deseducação de menores do que como estabelecimento destinado a formar cidadãos úteis à coletividade social brasileira”, devido à falta de escrúpulos dos seus diretores (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 270).

Em 1924, se proclama a Carta dos Direitos Universais da Criança e em 1927, é criado o Código de Menores (decreto nº 17.943), cuja nomenclatura “menor” se referia à criança e ao adolescente que cometia algum crime, diferenciando-se, portanto, o “menor” e a “criança”⁵. Cria-se, em 1931, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), para atendimento aos menores infratores da lei penal, dando continuidade a um modelo mais corretivo do que protecionista. Os internatos do SAM eram considerados depósitos de menores, onde os maus tratos eram corriqueiros, ocasionando escândalo público devido a tamanha violência que às vezes gerava também a morte do interno. Sobre as condições nesses internatos, Pilotti e Rizinni (1995, p. 282) afirmaram:

Os maus tratos não se restringiam ao ataque direto ao corpo, mas atingia outras formas não menos punitivas, como a alimentação de péssima qualidade, a ociosidade, a superlotação, a falta de higiene e a precariedade dos estabelecimentos. A venda de menores a organizações criminosas e, no caso das meninas, a prostíbulos, efetuada por funcionários da casa [...].

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1959, conclama os Estados “a instituírem, como política pública, a responsabilidade pela assistência e proteção à infância necessitada” (SIMÕES, 2012, p. 225). Ainda segundo este mesmo autor, cria-se em 1964 a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e em 1979, o novo Código de Menores, cuja concepção assentava o menor como um sujeito de carências psico biológicas, sociais e culturais.

No final dos anos 1970 é que surge a crítica ao conceito de menor e inicia-se uma concepção integral e universal da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, exemplificado pelo Acordo UNICEF-FUNABEM, e em 1987 é proposta à Assembléia Nacional Constituinte, alterações nos Artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988, priorizando a proteção para crianças de 7 a 12 anos de idade,

⁵ Essa nomenclatura gera preconceito e discriminação que sobrevive até os dias atuais, apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente abolir essa diferenciação e tornar todas as crianças e adolescentes sujeitos de direitos indistintamente.

vítimas de situações de riscos sociais, exploração do trabalho, mendicância e outros (SIMÕES, 2012).

Somente a partir de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é que se regulamenta os Artigos 227 e 228 da Constituição Federal e se institui a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento, com garantias de proteção integral e prioridade absoluta, o que abrangeu todas as crianças e adolescentes do país e de qualquer classe social, independentemente de estarem em situação de carência, risco pessoal ou social, além de pressupor fundamentalmente que estes têm direito à convivência familiar (SIMÕES, 2012, p. 228, 229).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no Artigo 7º, “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso”. Também, no Art. 3º, consta que a criança e o adolescente:

[...] gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, **por lei** ou por outros meios, **todas as oportunidades e facilidades**, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Ainda, no Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, a alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O ECA é um instrumento que norteia a garantia dos direitos da criança e do adolescente, no entanto, ele por si só, não constitui a garantia dessa viabilização e efetivação, principalmente diante dos desmontes de direitos e diminuição de investimentos do poder público em políticas sociais .

Para que essa política de proteção se operacionalize, o Artigo 88 do ECA estabeleceu diretrizes que municipalizaram o atendimento a esse público e criou conselhos nas três esferas federativas, além de fundos a eles vinculados, onde essa política de atendimento à crianças e adolescentes se institui por meio de um

conjunto articulado de ações da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (SIMÕES, 2012, p. 230).

O abandono de crianças é algo ainda muito presente no país e mesmo depois de mais de 500 anos de descobrimento do Brasil, esse fator ainda persiste, reforçando que essa negligência e desproteção com a criança não ocorria apenas no tempo da escravidão. Os fatores sociais são muito fortes para que essa problemática tenha continuidade, pois as dificuldades financeiras, o abandono da mãe pelo pai da criança e da família pelo Estado, o preconceito da sociedade com a maternidade de mulheres solteiras, a violência contra a mulher são alguns dos fatores que ainda marcam a doação ou abandono de crianças no Brasil, sem contar que mesmo que a Constituição institua proteção para elas, isso de fato não se cumpre como determinado, pois muitas são desassistidas em seus direitos fundamentais.

Seguindo essa lógica, os menores considerados vadios, ociosos, ofensivos a sociedade e irrecuperáveis são até hoje apreendidos, sem nenhuma política que vise “recuperá-los”, mas somente “corrigi-los”. As condições de vida de suas famílias não são melhoradas pelo Estado, nem levada em consideração os fatores socioeconômicos, ao contrário, esses menores são recolhidos após atos infracionais e culpabilizados por suas situações, sem ser-lhes dado novas oportunidades de aprendizado e condições de sobrevivência, daí uma das razões da reinserção destes nos atos considerados ilegais.

De acordo com a Política de Assistência Social, o atendimento à crianças e adolescentes na Proteção Social Básica ocorre através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que tem como objetivos e características:

Complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social [...] ampliar trocas culturais e de vivências [...]. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009a, p. 9).

Esse tipo de serviço, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009a), abrange crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e também os idosos.

De acordo com as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “devem viabilizar trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário e trabalhando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade” (BRASIL, 2010, p. 41), além de serem ofertados em territórios de vulnerabilidade social.

Também tem por foco promover o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, objetivando através delas a expressão, interação, proteção social, fortalecimento de vínculos, socialização, segurança de acolhida e convívio familiar e comunitário, orientações e discussões reflexivas, onde as famílias possam expressar suas dificuldades, construindo soluções e alternativas para seus problemas e necessidades (BRASIL, 2009a).

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais/2009– resolução 109/2009, os objetivos aplicados na prestação desse serviço variam de acordo com a faixa etária dos usuários e, quando direcionado a **crianças de até 6 anos**, objetiva fortalecer vínculos, evitar a violência doméstica e o trabalho infantil, além de inibir situações de risco e exclusão social. Também objetiva o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, fortalecendo a interação entre crianças de uma mesma faixa etária, valorizando a cultura local através de brinquedos e brincadeiras que a expressem (BRASIL, 2009a).

Quando direcionados a **crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**, pauta-se na “constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária” (BRASIL, 2009a, p. 10).

O citado documento também valoriza a ampliação do universo informacional, cultural e artístico desses usuários e contribui para a inserção ou permanência destes no sistema educacional. Para **adolescentes e jovens de 15 a 17 anos**, contribui para a permanência ou retorno destes a escola, estimula a convivência social, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho, além de “complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais” (BRASIL, 2009a, p. 13).

De acordo com o citado documento, a metodologia usada para **crianças até 6 anos**, vale-se de expressões de fácil compreensão, através da ludoterapia e vivências artísticas, que conduzam a criança à uma interação e proteção social, favorecendo-lhe o desenvolvimento de habilidades e seu acolhimento no convívio familiar e comunitário. Também tal serviço alcança as famílias dessas crianças, com discussões reflexivas e orientações sobre o cuidado com a criança pequena (BRASIL, 2009a).

Para **adolescentes e jovens de 6 a 15 anos**, a metodologia consiste na utilização de experiências lúdicas, culturais e esportivas, objetivando re-significar vivências de isolamento e violação de direitos, para prevenção de situações de riscos sociais. Para **adolescentes e jovens de 15 a 17 anos**, as atividades consistem em desenvolver habilidades, tais como inclusão digital e capacidade comunicativa, para ajudá-los na escolha profissional (BRASIL, 2009a).

As formas de acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos advém de procura espontânea dos usuários, através da busca ativa⁶; por encaminhamento da rede socioassistencial ou das demais políticas públicas (BRASIL, 2009a).

Os usuários desse tipo de serviço englobam, dentre outros: crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda ou que vivenciem situações de fragilização de vínculos; crianças com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; residentes em localidades com precária oferta de serviços públicos e/ou precário acesso a renda; encaminhadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); crianças reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; adolescentes e jovens egressos de medida socioeducativa de internação e/ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual e jovens fora da escola (BRASIL, 2009a).

Conforme as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, “o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não é exclusivo para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, mas deve incluí-los com prioridade absoluta” (BRASIL, 2010, p. 46).

⁶De acordo com as Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social, “a busca ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território” (2009, p. 29).

A oferta desse serviço pode acontecer no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em unidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, desde que localizadas no território de abrangência do CRAS, sendo a ele referenciado, num turno diário de até quatro horas, podendo também ser oferecido em feriados ou finais de semana, como, em tese, registra as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos (BRASIL, 2010). A equipe de referência para sua execução é formada por Técnicos de Referência (nível superior), Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas, podendo ser ampliada em número e qualidade conforme o número de participantes, a quantidade de grupos existentes e suas características. Quando a oferta desse serviço for no CRAS, “é preciso atentar para as condições disponíveis e garantir que o espaço físico seja adequado, que disponha de recursos materiais e humanos necessários à oferta do serviço, sem prejuízo da oferta [...]” (BRASIL, 2010, p.57).

Os temas sugeridos para subsidiar as ações desse serviço são aqueles imprescindíveis “para a compreensão da realidade e para a participação social de crianças e adolescentes em seu processo de crescimento e desenvolvimento individual e coletivo” (BRASIL, 2010, p.84), onde destacam-se as temáticas voltadas para os Direitos Humanos e Socioassistenciais, Saúde, Meio Ambiente, Cultura, Esporte, Lazer, Ludicidade e Trabalho.

Os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos podem receber orientações e encaminhamentos que aumentem seu acesso a benefícios socioassistenciais, a direitos sociais, civis e políticos, tendo acolhida suas necessidades e interesses, daí a importância desse serviço para esses usuários. Também obtém experiências e conhecimentos sobre os recursos e potencialidades do território em que estão inseridos, a fim de resignificá-lo, fortalecendo assim seus vínculos comunitários, daí sua importância para a comunidade (BRASIL, 2009a).

Nesse sentido, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contribui para o desenvolvimento e autonomia dos usuários (já que pauta-se em proporcionar aos usuários experiências fundamentadas em princípios éticos de justiça, no respeito a si próprio e aos outros, no desenvolvimento de potencialidades que favoreçam os usuários e a comunidade, através da ampliação do universo informacional e cultural, além de prevenir a reincidência da criança e adolescente no

trabalho infantil), tornando-se importante para a família, criança e/ou adolescente e a comunidade.

No próximo item procurou-se abordar como se constitui, até o momento, o atendimento voltado à criança e/ou adolescente no CRAS Malvinas, bem como seus limites. Também foi abordado a caracterização desse campo de estágio, além do relato de alguns dos entrevistados sobre os limites e possibilidades no desempenho de suas atividades nos Centros de Referência de Assistência Social, ao qual estão inseridos, em especial, nas atividades com Crianças e/ou Adolescentes.

3. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CRAS MALVINAS: Uma análise da construção metodológica do trabalho com crianças e adolescentes em seu território

Para chegar-se ao conhecimento e construção de um caminho metodológico adequado que possibilitasse a reinserção do trabalho com Crianças e Adolescentes no CRAS Malvinas, fez-se necessário um longo percurso que iniciou-se na experiência de estágio no referido CRAS. Uma das ações mais importantes que norteou essa construção foi uma pesquisa semi-estruturada realizada em todos os Centros de Referência de Assistência Social no município de Campina Grande, cujo capítulo descreve desde a caracterização do campo de estágio, até o trabalho realizado no Projeto de Intervenção na Escola Municipal Advogado Otávio Amorim, traçando assim o caminho realizado pela Equipe que se envolveu para que a demanda voltada para esses usuários pudesse ser diretamente atendida através desse CRAS.

3.1 Caracterização do campo de estágio

O estágio curricular obrigatório é um processo muito importante para a formação profissional do aluno de Serviço Social, pois lhe possibilita várias oportunidades de desenvolver os conhecimentos adquiridos na universidade, colocando-o no contínuo desafio de agir com competência e ética diante dos conflitos sociais vivenciados por ele também nesse processo.

Em relação ao estágio em Serviço Social, as dificuldades são marcantes devido ao contexto neoliberal que traz rebatimentos consideráveis à sociedade, tais como: precarização de direitos, privações básicas, desemprego, violência, entre outros, visto os interesses da classe dominante serem satisfeitos à custa da classe trabalhadora, que vivencia uma crescente perda, na atualidade, de direitos já adquiridos. Apesar desses desafios, o Serviço Social busca formar “profissionais comprometidos com os interesses da sociedade [...]”, conforme relata Amicucci (2011, p. 176), portanto, o estágio torna-se um desafio constante, ao mesmo tempo em que é imprescindível para a formação do estudante na graduação, pois o aluno de serviço social se depara com situações reais de privações de direitos,

principalmente nas visitas realizadas por petição do Ministério Público, onde relatórios são feitos pelos profissionais para atestar a veracidade ou não dessas privações e são encaminhadas ao órgão que fez a petição, para que o usuário possa ter seus direitos garantidos⁷.

Nesses desafios para se desenvolver um perfil profissional que busque “travar a luta na direção de uma formação profissional atrelada ao projeto ético-político [...]” (Amicucci, 2011, p. 176), é que o estágio supervisionado se constitui como uma grande oportunidade de se desempenhar funções profissionais não utilitaristas, messiânicas, mas que amplie a aquisição de direitos e oportunidades voltadas às necessidades dos usuários necessitados, levando em conta ações comprometidas com a “análise da totalidade social”, pautadas na ética e competência profissional. Tal postura deve configurar a ação do Assistente Social devido seu entendimento de que os usuários são sujeitos de direitos e não dependentes de favores estatais.

Dentro desse contexto e com vistas na importância do estágio supervisionado na formação profissional do/a aluno/a de serviço social, relata-se a seguir sobre a estrutura física, a criação e os trabalhos desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) das Malvinas.

O Centro de Referência de Assistência Social das Malvinas foi fundado em 2010, na gestão municipal de Veneziano Vital do Rego⁸ e situa-se em um ambiente alugado, na Rua dos Marmeleiros, nº 33, no Bairro das Malvinas em Campina Grande/PB e dispõe do telefone fixo (3310-7086) e do contato eletrônico crasmalvinas7@gmail.com⁹. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8 às 18hs. Tal ambiente possui 7 cômodos, sendo uma sala de recepção, uma sala de coordenação, uma sala de atendimento psicossocial, uma sala para brinquedoteca, uma cozinha, dois banheiros, além de um terraço onde são realizados as atividades coletivas com os grupos de idosos e mulheres¹⁰.

⁷ Enquanto aluna estagiária no CRAS Malvinas, vivenciei algumas experiências de privações de direitos nas visitas domiciliares realizadas pela equipe profissional desse centro de referência. A mais marcante para mim foi o cárcere privado de dois portadores de transtorno mental que viviam sozinhos, em situação de considerável abandono, sem alimentos, sem condições de higiene adequada, enquanto seu irmão mais velho que morava em outra residência recebia os dois benefícios destes. Apesar de alegar que ambos eram alimentados por ele, um deles encontrava-se em estado de muita debilidade, dormindo em um colchão no chão da residência.

⁸Relatório Anual 2010, elaborado pela equipe de referência do CRAS Malvinas.

⁹Relatório Anual 2014, elaborado pela equipe de referência do CRAS Malvinas.

¹⁰Informações coletadas através da observação participante na instituição, durante o período de permanência no campo de estágio (2014).

Tecnicamente observa-se que o CRAS possui estrutura física como descrita nas Orientações Técnicas do MDS (2009a), porém com espaços muito limitados, pois de acordo com o detalhamento de cada espaço, recomenda-se que a sala de recepção possua 12 m², sendo assim não apenas um espaço de espera, mas de acolhimento e informação. A sala de coordenação deve ser destinada a atividades administrativas, para arquivamento de documentos e organização das informações da instituição, estimando-se em 20 m². A sala de atendimento deve garantir a privacidade dos usuários, abrigando até 10 pessoas, com 12 m². A cozinha deve estimar-se em 5 m² para acomodação dos profissionais e usuários, tendo, preferencialmente, banheiros feminino e masculino. A sala de uso coletivo deve acomodar até 30 pessoas, ser ampla e confortável, com 35 m². Dos referidos cômodos, a sala de uso coletivo é a que mais se distancia das exigências descritas nas Orientações Técnicas do MDS, visto ser um ambiente aberto, sem conforto e pequeno. A sala de atendimento também não comporta 10 pessoas, além de existir apenas um único banheiro para uso coletivo dos usuários. Diante do exposto, observa-se que a instituição necessita de um ambiente físico mais adequado e compatível com as próprias prerrogativas do MDS para o desempenho de suas atividades e, principalmente, que tal problemática não é algo exclusivo no CRAS Malvinas, mas que foi observada nos outros Centros de Referências pesquisados, inclusive sendo referenciada por alguns entrevistados no momento da pesquisa (descrito mais à frente) que se realizou em todos os CRASs do município de Campina Grande.

Alguns elementos que são fundamentais para o funcionamento do CRAS, referem-se à preocupação do SUAS em “superar a prática da assistência social como uma política pobre, destinada aos mais pobres, por meio de ações pobres, ofertadas em unidades pobres” (BRASIL, 2009b, p. 47). Nesse sentido, é preciso ter-se uma leitura social do bairro onde se situa o CRAS aqui citado, isto é, o bairro das Malvinas.

O bairro das Malvinas é considerado o mais populoso de Campina Grande, com aproximadamente 38.713 mil habitantes, segundo o Censo IBGE de 2010¹¹. Sua formação se deu na década de 1980, quando se iniciava a construção de casas pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), no conjunto habitacional

¹¹Portal IBGE (2014).

Bodocongó II, para os servidores estaduais cadastrados no programa, no entanto, em 23 de março de 1983, tais casas começaram a ser invadidas por pessoas não cadastradas na CEHAP. O então governador do Estado da Paraíba, Wilson Braga, ordenou, por meio de forças policiais, que novos invasores fossem impedidos de adentrarem no setor, bem como a entrada de alimentos e água, a fim de pressionar a saída dos invasores, porém o governo municipal dificultou essa estratégia, já que passou a enviar alimentos e água para o local. Sem sucesso, a CEHAP então submeteu-se a cadastrar os invasores, fazendo com que eles pagassem prestações pelas casas e providenciando a infraestrutura mínima para atender as necessidades dos moradores, com instalação da rede elétrica, de água e esgotos¹².

Nesse mesmo período da invasão em 1983, acontecia um conflito nas Ilhas Falkland (Ilhas Malvinas), daí a origem do nome do bairro¹³. Hoje, tal setor possui pavimentação na maioria das ruas, saneamento básico, posto policial, escolas públicas e privadas, creches, Igrejas, clínicas laboratoriais, mercado público, diversas casas comerciais, padarias, supermercados, ginásio de esportes, clube de mães, entre outros. Possui uma infraestrutura comercial que possibilita a seus moradores sanarem suas necessidades no próprio bairro, a não ser algumas necessidades mais complexas (no setor jurídico, bancário, médico, etc.). É um bairro em contínuo desenvolvimento comercial e ocupacional, e apesar dos indícios de violência e outros elementos característicos desse cenário, tais como pobreza, desrespeito, uso de drogas e desemprego, é considerado um local bom para se morar¹⁴.

Segundo Santos & Souza Jr. (2010), a cidade de Campina Grande, assim como demais cidades do nosso país, tem sofrido os reflexos do aumento da violência e não tem sido diferente no bairro das Malvinas, mesmo porque esse bairro, além de ser o mais populoso do município e concentrar ocupações de baixo poder aquisitivo, também está interligado a outros que apresentam o mesmo perfil:

Localizados na zona oeste, Bodocongó, Malvinas e Santa Rosa (61.765), os quais formam um arco de influência a bairros como Pedregal e Centenário, sendo estes bairros os que concentram ocupações de baixo poder aquisitivo, embora, de acordo com observações em campo, a evidência de aglomerações subnormais seja uma realidade da totalidade urbana da cidade [...] Campina vem sendo constantemente noticiada como um espaço

¹² Wikipédia A Enciclopédia Livre (2015).

¹³ Wikipédia A Enciclopédia Livre (2015).

¹⁴ Observações no bairro e conversas informais com moradores e profissionais do CRAS Malvinas.

no qual a violência e sensação do medo se apresentam como principais aspectos de inibição ao uso social do espaço [...] tanto no que se refere ao registro histórico de evidências relacionadas à agressão física ao indivíduo como no que diz respeito às agressões ao patrimônio particular ou coletivo, conforme dados do mapeamento da violência urbana dos municípios (SANTOS & SOUZA JR., 2010, p.5).

Segundo o portal jornalístico Paraíba Hoje (2011), “O crescimento populacional aliado à diversificação da oferta de serviços em determinados bairros da Paraíba tem gerado “cidades independentes”. Dentre esses bairros, em Campina Grande, destaca-se o bairro Malvinas que apresenta uma estrutura física de constante crescimento, porém, segundo o arquiteto e urbanista Marco Suassuna “a falta de planejamento durante a criação e crescimento desses locais compromete a eficiência dos recursos públicos que precisam ser aplicados e a qualidade de vida dos habitantes”. Ainda são apontadas outras problemáticas, que certamente interferem na qualidade de vida dos moradores do setor:

[...] os quatro bairros mais populosos concentram os principais avanços do município, mas possuem em comum, muitos problemas, como falta de segurança e de acesso à saúde pública. A população das 11 cidades menos populosas do Estado poderia ocupar o bairro das Malvinas se já não fosse habitado [...] Segundo Mário da Silva, a SAB foi criada na época da ocupação das casas e já conquistou vários benefícios para o bairro, como a implantação da Vila Olímpica das Malvinas, Casa da Cidadania, um Juizado Distrital, um orfanato e um Centro Social Urbano (CSU) [...] Uma base da Polícia Militar (PM) está instalada nas Malvinas, mas a estrutura está precária e os moradores reclamam que os policiais demoram mais de meia hora para atender as ocorrências [...] Segundo o presidente da SAB, o tráfico e o consumo de drogas é um dos principais fatores para violência na comunidade (PORTAL PARAÍBA HOJE, 2011).

Através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), são realizados no CRAS das Malvinas diversos trabalhos sociais com as famílias e ações de caráter preventivo, protetivo e proativo¹⁵ de forma continuada, conforme orienta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009a). Tais serviços visam prevenir a ruptura dos vínculos familiares e fortalecer sua função protetiva, proporcionando novas vivências às famílias usuárias desse serviço. A função social do CRAS, segundo o MDS, é fortalecer a função protetiva da família, objetivando a melhoria em sua qualidade de vida, evitando a ruptura dos vínculos

¹⁵Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009a), dentre as finalidades do PAIF, estão a prevenção de riscos sociais e o fortalecimento da função protetiva dessas famílias, bem como a oferta de serviços que evitem ou minimizem futuros problemas, daí essas ações terem um caráter preventivo, protetivo e proativo.

familiares e comunitários, além de possibilitar a superação de situações sociais de fragilidade, gerando a autonomia dessas famílias com a promoção aquisitiva de recursos materiais e sociais, por exemplo, através do aprendizado adquirido no grupo de mulheres, que ensina também a arte com materiais de baixo custo.

As funções do CRAS são desempenhar as funções de gestão da proteção básica no seu território e de oferta do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF. Para que essas funções sejam efetivadas, o CRAS vale-se também de ações de gestão territorial da Proteção Social Básica, onde “se cria e mantém conexões entre diferentes organizações [...], de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns [...], objetivando “o acesso efetivo da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social” (BRASIL, 2009b, p.21). Quando o CRAS não dispõe de espaço físico adequado e equipe compatível, esses serviços podem ser desenvolvidos por outra unidade pública ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, sendo obrigatoriamente a ele referenciados (BRASIL, 2009b).

Os usuários das ações desenvolvidas no CRAS Malvinas são famílias residentes no território de abrangência desse CRAS (Bairro Malvinas, Sonho Meu, Grande Campina, Dinamérica I, II e III, Jardim Verdejante, Cinza, Rocha Cavalcante, Estreito, Santa Cruz, Sítio Lucas, Sítio Aragão, Catolé de Boa Vista, Sítio Paus Brancos, Chico Mendes e Ronaldo Cunha Lima¹⁶), que se encontram em situação de vulnerabilidade social advindas da pobreza, com acesso nulo ou precário aos serviços públicos e que são atingidas pela fragilidade de pertencimento de vínculos e/ou sociabilidade¹⁷. Os usuários dessa instituição são, na grande maioria, beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os coletivos existentes na instituição CRAS Malvinas, até o momento de finalização desse trabalho, eram o coletivo de mulheres, que se reúne toda segunda feira, e o coletivo de idosas, que acontece toda quarta feira e também conta com a presença de mulheres que não atingiram a faixa etária da terceira idade. Dentre as atividades desenvolvidas nesses coletivos, destacam-se: oficinas de artesanato,

¹⁶Não foi possível descobrir o número da população equivalente a área de abrangência do CRAS Malvinas, apesar de consultar-se o portal da SEPLAN, do IBGE e outras fontes.

¹⁷Relatório Anual 2014, elaborado pela equipe de referência do CRAS Malvinas.

discussões voltadas aos direitos dos cidadãos, atividades interativas e, quando necessário, atendimento individual¹⁸.

As ações desenvolvidas nessa instituição abrangem atendimentos psicológicos e psicossociais, visitas domiciliares e institucionais encaminhadas pelos órgãos competentes, encaminhamentos, planejamentos e avaliações das ações desenvolvidas, promoção de palestras e campanhas com temáticas sócio educativas para os grupos de mulheres e idosas, além da realização de eventos e oficinas que objetivam o aprendizado dos participantes e uma futura aquisição financeira para eles à partir disto. Também realiza-se matrículas nos cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec¹⁹.

A unidade do CRAS Malvinas é composta por 04 assistentes sociais, sendo uma delas a coordenadora da instituição, 02 psicólogas, 02 recepcionistas, 04 vigias, 03 Auxiliar de Serviços Gerais - ASGs, 01 técnico do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS²⁰ e 08 estagiárias, sendo 07 delas da Universidade Estadual da Paraíba²¹. Possui dois computadores, uma impressora, telefone fixo, internet, birôs, televisão, bebedouro, cadeiras, geladeira, fogão, utensílios de cozinha, armários para arquivos, ventilador, entre outros²². Os recursos financeiros advém, conforme previsão da Constituição Federal para as políticas públicas da Seguridade Social, de orçamentos da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios e das contribuições sociais²³.

Conforme a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), um CRAS deve referenciar 5.000 (cinco mil) famílias em situação de vulnerabilidade social que estejam inseridas na área de abrangência do CRAS (BRASIL, 2009b) e, atualmente, o CRAS Malvinas possui 565 famílias cadastradas²⁴. Os instrumentos e técnicas utilizadas no desempenho das funções da instituição conta com prontuários de acompanhamento dos usuários, buscas ativas,

¹⁸Registros feitos à partir da observação participante na instituição, durante o período de permanência no campo de estágio.

¹⁹Relatório Anual 2014, elaborado pela equipe de referência do CRAS Malvinas.

²⁰Relatório Anual 2014, elaborado pela equipe de referência do CRAS Malvinas.

²¹Uma delas é estagiária de intercâmbio.

²²Registros feitos à partir da observação participante na instituição, durante o período de permanência no campo de estágio.

²³Portal do Ministério do Desenvolvimento Social (2015).

²⁴Relatório Anual 2014, elaborado pela equipe de referência do CRAS Malvinas.

visitas domiciliares, acolhimentos e acompanhamentos, escutas e atividades sócio educativas e recreativas²⁵.

Conforme Orientações Técnicas do MDS (BRASIL, 2009b), a equipe de referência do CRAS que possua 4 técnicos com nível médio e 4 técnicos com nível superior (sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional do SUAS), é destinada ao atendimento de 5.000 famílias referenciadas na instituição, com capacidade de atendimento anual à 1.000 famílias. Também “a NOB-RH/SUAS determina que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos”, algo que não se cumpre no quadro da equipe do CRAS Malvinas, visto todas serem contratadas de forma temporária, o que prejudica bastante a constância dos trabalhos desenvolvidos e planejados pela equipe, devido a mudança constante no quadro profissional da instituição. (BRASIL, 2009b, p. 61).

O território de abrangência do CRAS Malvinas abrange 17 bairros que são assistidos por um único Centro de Referência e isso ocasiona muitas implicações para os funcionários e as famílias que residem nesse território e necessitam de atendimento. Dentre as implicações, percebe-se que o campo de abrangência é muito amplo e necessita de, no mínimo, outro CRAS nesse território para poder prestar um atendimento que realmente atenda a todas as demandas dos moradores desse setor. Isso compromete as condições de trabalho dos técnicos desse Centro de Referência, pois eles precisam lidar com um número muito elevado de demandas para poucos técnicos atenderem²⁶, restando-lhes pouco tempo para realizarem outras atividades em prol dessas famílias (como por exemplo, divulgação dos trabalhos ofertados pelo CRAS, planejamento de novas atividades, realização de atividades fora do CRAS, etc.), além de prejudicar as famílias, pois a maioria delas moram distantes do CRAS Malvinas e algumas, possivelmente, nem saibam da sua existência.

O crescimento do número de demandas devido ao aumento da pauperização é algo inegável na contemporaneidade, ocasionando “seletividade nos atendimentos” aos usuários. A redução do governo com gastos sociais tem restringido o atendimento do assistente social, visto a rigorosidade dos critérios para a oferta de um benefício público, onde “dentre os desempregados, os mais pauperizados” são os escolhidos (IAMAMOTO, 2012, p. 161). Tais repercussões são

²⁵Análise documental no período de estágio supervisionado na instituição do CRAS Malvinas.

²⁶Conversa informal com técnicos da instituição.

existentes no CRAS Malvinas, pois a precarização do trabalho dificulta o atendimento das demandas e apesar da universalização dos direitos sociais ser um direito constitucional, isto não se efetiva. Iamamoto (2012, p. 160), aponta que:

Temos por um lado, o crescimento da pressão na demanda por serviços, cada vez maior, por parte da população usuária mediante o aumento de sua pauperização. Esta se choca com a já crônica – e agora agravada – falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos, expressão da redução de gastos sociais recomendada pela política econômica governamental [...] fazendo com que a proclamada universalização dos direitos sociais se torne letra morta.

No desenvolvimento de suas atividades, percebe-se a dificuldade na realização das visitas devido a limitação do transporte disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, já que esta atende a todos os CRAS da cidade e só dispõe o transporte duas vezes por semana para o CRAS das Malvinas, em apenas um horário. Esse único transporte disponibilizado ao referido CRAS, possui horário marcado para retornar à Secretaria e geralmente não consegue atender a todas as demandas de visitas domiciliares que o CRAS Malvinas recebe de outros órgãos (por exemplo, do Ministério Público), devido a distância considerável dessas residências do CRAS, já que o tempo de disponibilidade do transporte para a instituição é insuficiente. É perceptível o zelo dos profissionais da unidade em prestarem um serviço de boa qualidade, porém essas dificuldades limitam o resultado desse trabalho.

Na antiga sede do CRAS Malvinas existia um grupo de Crianças e Adolescentes que eram atendidos regularmente pela equipe profissional. Segundo alguns profissionais da unidade, a mudança de endereço dificultou bastante a vinda das crianças, o que culminou na interrupção dessa atividade, porém, como na nova sede existe uma sala específica para atendimento a esse público, criou-se uma expectativa de se fazer uma nova tentativa de oferecer esse serviço nesse ou em outro local²⁷, tendo em visto o Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social, descrito na NOB-SUAS, 2012, que visa o reordenamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Tal demanda chamou a atenção para elaboração de um projeto de pesquisa acerca desse tipo de trabalho nos CRAS da cidade de Campina Grande, a fim de

²⁷Esses dados foram coletados através de pesquisa oral, no próprio campo de estágio, junto à equipe técnica de profissionais.

conhecer sua importância e desafios tanto na existência destes nesses locais, quanto em sua ausência. Depois de tal mapeamento, esse subsídio foi encaminhado ao CRAS das Malvinas para ajudar as profissionais a construírem alternativas para superação de possíveis dificuldades na formação e manutenção do trabalho com o Grupo de Crianças, mesmo diante das limitações enfrentadas pelos moradores do setor de abrangência.

3.2 Relato do trabalho desenvolvido ao longo do estágio supervisionado

Como já registramos antes, no período de estágio supervisionado na unidade do CRAS Malvinas em Campina Grande/PB, observou-se a ausência de trabalho na instituição voltado para Crianças e Adolescentes, mesmo sendo esse um setor com um número significativo de sujeitos que constituem esse grupo de usuários, inseridos em todo esse amplo território de abrangência. Na referida unidade se desenvolvia semanalmente trabalhos voltados para os idosos e as mulheres, no entanto, não havia um trabalho direto e contínuo com o público infanto-juvenil. Esta constatação motivou que uma proposta de intervenção fosse desenvolvida e esse tipo de trabalho fosse realizado de uma forma continuada por essa instituição.

A primeira iniciativa foi buscar conhecer a experiência da instituição, desde sua fundação, com o trabalho voltado para crianças e adolescentes e, para isso, consultou-se a equipe técnica sobre a problemática que dificultava a formação e manutenção de um grupo de Crianças e Adolescentes no CRAS Malvinas. De acordo com essa equipe profissional, esse grupo já tinha sido antes formado, porém as dificuldades de locomoção das crianças, da cultura do local e a mudança de localidade do CRAS Malvinas, dificultaram sua continuação.

Diante do interesse da equipe técnica do CRAS em reinserir esse público em suas atividades, resolveu-se realizar uma pesquisa institucional em todos os CRAS do município de Campina Grande para o entendimento de como vinha sendo desenvolvido o trabalho com crianças e adolescentes em cada instituição, bem como os limites e possibilidades apontadas pelos profissionais para existência ou inexistência de atividades voltadas para esses usuários.

Essa pesquisa foi realizada em todos os Centros de Referência de Assistência Social em Campina Grande, no período de 23 de Abril de 2015 a 11 de

Março de 2016, onde foi aplicada uma pesquisa semi estruturada²⁸ com perguntas diferenciadas de acordo com a existência ou ausência de trabalho com esses usuários nas instituições. Tal pesquisa possibilitou a obtenção das informações necessárias para a análise dessa problemática e de algumas formas de superação destes para introduzir esse público nas atividades oferecidas através das referidas instituições. Esses resultados foram apresentados a equipe técnica do CRAS Malvinas e se tornaram fundamentais para o reinício do trabalho dessa instituição com esse público, apesar das limitações existentes no território de abrangência.

De acordo com a análise das entrevistas realizadas nos dez CRASs do município de Campina Grande, identificou-se muitos limites para se trabalhar com crianças e adolescentes em todas as instituições visitadas, tais como: falta de estrutura física adequada para acomodar os usuários e desenvolver as atividades, pois além de serem precarizadas, seus cômodos não possuem o tamanho adequado, descumprindo assim alguns dos elementos observados pelas normas técnicas para o funcionamento do CRAS²⁹; falta de material didático adequado, inclusive de brinquedos, lanches, transporte para passeios e visitas, além de poucos profissionais técnicos para atenderem as muitas demandas³⁰.

Todos os entrevistados falaram sobre as dificuldades que enfrentam para a realização ou ausência do trabalho com crianças e/ou adolescentes no CRAS em que estão inseridos. De acordo com o/a Entrevistado E, o sucateamento na política de assistência é um grande responsável por essas dificuldades:

Quero dizer que é um desafio trabalhar no CRAS. Não é fácil. A política é sucateada e eu não tenho medo de dizer isso. Existe ainda muita falta de recurso. O CRAS não disponibiliza a estrutura necessária de espaço, não temos sede própria. Às vezes a gente até encontra casa com estrutura favorável para montar uma brinquedoteca, mas há uma resistência das pessoas em alugar casa para a prefeitura, pelo fato de atraso no pagamento de aluguel. Ainda tem a questão de falta de profissional habilitado para trabalhar ou pelo menos dá suporte na questão do trabalho com crianças. Temos também a questão do transporte que a gente não tem, por exemplo, para fazer uma viagem com os grupos. Então a gente concordou em fazer esse trabalho nas escolas enquanto não temos um lugar adequado para fazer o trabalho com as crianças, que já nos foi prometido, mas ainda tem muito a se fazer porque não é fácil, porque a vulnerabilidade social só aumenta e ainda há muita violação de direitos (Assistente Social E).

²⁸Questionário da pesquisa em anexo, diferenciando-se em dois tipos: para as instituições que realizavam atividades com crianças e/ou adolescentes e para as que não realizavam.

²⁹Tais requisitos estão descritos no Capítulo 5 do referido documento (BRASIL, 2009b), à partir da pág. 47.

³⁰Atendimentos individuais, trabalhos com grupos de idosos e mulheres, visitas domiciliares, cadastros de cursos oferecidos pelo PRONATEC, etc.

O/A Entrevistado F revela ter entendimento de que a política pública é um direito da criança e, portanto, deve ser atendida de forma correta e que a precariedade institucional influencia no desenvolvimento das atividades, que visam prevenir os riscos sociais:

Um desafio grande que estamos encontrando para efetivar e manter esse grupo é a questão da estrutura física. O adulto a gente consegue alocar em cadeiras e as crianças não. Precisam também de mesas para o material didático e pedagógico. Temos que ter uma salinha adequada, pois crianças são sujeitos de direitos e não podemos trabalhar com elas de qualquer forma [...].

Nós trabalhamos a cidadania, o fortalecimento de vínculos e os vínculos comunitários [...], pois sabemos que as estatísticas demonstram adolescentes cada vez mais envolvidos com drogas, com o próprio tráfico, a violência e, trabalhando com elas, serão sujeitos que não estarão nas ruas futuramente (Assistente Social F).

Alguns dos profissionais entrevistados alegaram buscar estratégias para driblar tais dificuldades, tendo em vista a importância da inclusão desses sujeitos no Serviço de Proteção Social Básica ofertado nos CRAS. Algumas das estratégias que podem-se elencar a partir da fala dos entrevistados onde existem grupos de crianças e adolescentes, foi a adaptação das atividades de acordo com o espaço e recursos disponíveis. Segundo o/a Entrevistado B, “a gente trabalha com vídeos, com dinâmica de grupo e isso sempre é bom porque criança gosta muito [...] como vocês vêm, a gente não tem uma boa estrutura. A gente tem dificuldade com material didático, no entanto a gente tenta superar isso usando a criatividade”.

Mesmo entendendo a visão do entrevistado de tentar superar as dificuldades através da criatividade, pode-se dizer que essa colocação não foi apontada como solução para superar “a precariedade dos recursos”, pois estes são essenciais para o desenvolvimento de um trabalho adequado, mas sim, uma forma de reforçar o quanto o assistente social é cotidianamente desafiado a ser um profissional propositivo e isso pode ser constatado na postura da maioria dos entrevistados, que mesmo sem condições objetivas para desempenharem suas atribuições de forma adequada, tentam construir alternativas para o melhor trabalho possível. O lado negativo dessa realidade é que essas limitações dificultam a própria existência e/ou manutenção de grupos coletivos nos CRAS e a qualidade dos serviços aos usuários. Tais serviços, por se tratarem de políticas públicas que visam prevenir os riscos

sociais e constituir-se como um direito dos usuários, deveriam ser, de fato, respeitados e oferecidos de forma correta pelo Estado.

A flexibilização decorrente das mudanças no mundo do trabalho, acarretam consequências para o trabalhador, tais como: “a polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários, o desemprego são dimensões constitutivas da própria feição atual do Serviço Social e não uma realidade alheia e externa, que afeta “os outros” (IAMAMOTO, 2012, p. 48-49). Todas essas razões influenciam diretamente nas condições para precarização do trabalho dos Assistentes Sociais e também na qualidade dos serviços prestados, pois estes passam a possuir mais de um vínculo empregatício, o que gera um desgaste físico e mental nesses profissionais. Apesar da NOB-RH/SUAS (2007) determinar “que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos”, isso não se cumpre e estes são deslocados para outras unidades, mesmo estando a desempenhar um bom trabalho em determinada unidade do CRAS, prejudicando assim o trabalho que antes vinha sendo desempenhado nesses Centros de Referência. Esse profissional além de não ter estabilidade no seu emprego, é desafiado a exercer múltiplas funções, sobrecarregando-o e comprometendo a qualidade dos serviços por ele desempenhado.

Outro desafio para os profissionais de Serviço Social é o pouco número de vagas disponíveis nos concursos públicos, apesar da grande necessidade municipal destes profissionais e isso é observado no relato do/a Entrevistado B, que afirma que “quando tem concurso público a gente vê. O número de vagas não condiz com a realidade, com a necessidade que o município tem. O último concurso público foram 5 assistentes sociais e não dá conta [...] uma assistente social está tendo que dar conta de pelo menos 3 unidades de ensino”.

Conforme as Orientações Técnicas para os CRAS, “a baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS” (BRASIL, 2009b, p.61) e isso não é o que acontece, ao contrário, a rotatividade da equipe é algo muito presente nesses centros de referência e afeta diretamente a eficácia dos serviços.

Malta (2014, p. 29), referenciando-se ao CRAS Malvinas, afirma:

As assistentes sociais do CRAS/Malvinas estão inseridas em uma realidade contraditória onde em meio ao aumento da demanda por serviços sociais, ocorre a redução do financiamento das políticas públicas promovidas pelo processo de reforma do Estado [...] portanto, concluímos que a ausência de condições de trabalho no CRAS dificulta a realização do trabalho profissional e conseqüentemente contribui para a precarização dos serviços.

Esses desafios são vivenciados no CRAS Malvinas, visto as profissionais terem que exercer múltiplas funções devido à grande demanda, enfrentando cotidianamente condições precárias de trabalho devido os recursos serem escassos, não serem servidoras públicas efetivas e isto ocasionar mais de um vínculo empregatício para poderem suprir suas necessidades, além de ficarem a mercê de remanejamentos para outras instituições. Tudo isso fragiliza o trabalho que é desenvolvido nessa instituição e também faz parte da vivência dos outros profissionais nos demais Centros de Referências onde a pesquisa foi desenvolvida.

Nas instituições onde não há grupos de crianças e adolescentes formados, constatamos que o CRAS disponibiliza o serviço de atenção básica à crianças e adolescentes através de parceria com as instituições do bairro e área de abrangência, a fim de potencializar esse público no próprio local, atender alguma demanda específica da atenção social básica ou acolher no CRAS projetos de outras instituições que se refere ao mesmo propósito de atenção a crianças e adolescentes. Como exemplo disso, o/a Entrevistado I relata:

Atendemos na creche e na escola municipal daqui [...]. Um grupo de mulheres que atendemos nas unidades de associação de agricultores, que é enorme. Temos até que fazer uma subdivisão para poder atender a essa demanda e jovens e adolescentes que fazem parte do Projeto Prisma³¹ [...]. Eles são filhos de catadores aqui da comunidade e as aulas são de terça à quinta e são aulas de canto e de vários instrumentos com vários professores e atende várias crianças [...] no final do ano teve até uma apresentação em Santa Catarina e foi um menino nosso daqui [...] se apresentar lá [...] (Assistente Social I).

O/A Entrevistado E também relata que o CRAS em que trabalha se articula com outras instituições para realizar o trabalho: “[...] temos um trabalho em parceria com as escolas, também com o Ministério Público, o Conselho Tutelar. A gente articula algumas palestras socioeducativas”. O/A Entrevistado B afirma que “Temos

³¹É um projeto do governo do estado que está sendo alocado no “CRAS I” desde 2015, oferecendo aulas de canto e instrumento a crianças e adolescentes.

também [...] um grupo misto que funciona em parceria CRAS e o Grupo de Mães [...] aqui na nossa comunidade [...]”.

Essas informações foram fundamentais para nortear o caminho metodológico na construção dos grupos de formação de trabalho com crianças e adolescentes no CRAS Malvinas e revelam que o trabalho com crianças e/ou adolescentes vem sendo desenvolvido pela maioria dos CRASs do município, ou em suas próprias sedes ou através do trabalho em parcerias, dando oportunidades aos usuários de desenvolverem suas potencialidades, vivenciarem novas experiências e fortalecerem vínculos sociais e familiares.

De acordo com a fala dos entrevistados, o conhecimento da família em relação a função do CRAS e dos serviços nele ofertados é de fundamental importância para a realização desse trabalho, pois a família colabora incentivando a participação das crianças nos grupos. Também se faz importante realizar as atividades embasadas nos aparatos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e os Parâmetros para atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social. Conforme relata o/a Entrevistado G:

Nosso trabalho busca materializar os objetivos da PNAS/2004, se embasando no Estatuto da Criança e do Adolescente, usando uma metodologia de trabalho diversificada, realizada através de oficinas temáticas, palestras, campanhas de sensibilização, clube de leitura, dinâmicas, atividades lúdicas, passeios, entre outras (Assistente Social G).

Em quase todos os Centros de Referência que desenvolvem trabalhos com crianças e/ou adolescentes, os entrevistados esboçaram o cuidado de atingirem com suas atividades não apenas as crianças envolvidas, mas suas famílias. O/A Entrevistado F, por exemplo, relata que “não tem como você trabalhar crianças, sem trabalhar a família” e isso deixa claro que a família é muito importante para o desenvolvimento desses sujeitos. Nesse mesmo sentido, o/a Entrevistado B afirma que “a criança tem um poder muito grande de influenciar na família dela. Ela escuta um tema, por exemplo, como alimentação saudável e quando ela chega em casa, muitas vezes ela começa a cobrar dos pais isso que ela aprendeu [...]”. Tais reflexões comprovam a importância de se trabalhar a família e não apenas o sujeito isolado, no sentido de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenindo riscos pessoais e sociais. Também oferecem a abordagem de temáticas que

difícilmente as crianças e/ou adolescentes tem acesso, com freqüência, na escola, como por exemplo, temáticas voltadas ao Direito da Criança e do Adolescente.

O trabalho em parceria, portanto, é algo possível e viável nos serviços ofertados as crianças e/ou adolescentes, bem como às suas famílias, tendo em vista que “o CRAS, assim, considera as famílias como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação e ao protagonismo social, ou seja, com um vetor de mudança da realidade social” (BRASIL, 2009b, p. 13). Esse entendimento de que a família é um vetor de mudança da realidade social é algo que perpassa a compreensão apontada por alguns profissionais dos CRAS em que a pesquisa foi aplicada no período de estágio.

Após o término das entrevistas em todos os Centros de Referência de Assistência Social em Campina Grande, visualizou-se a precariedade nas condições físicas e materiais nesses CRASs, sendo em alguns, mais acentuados que em outros. Conforme própria descrição do/a Entrevistado C sobre as dificuldades encontradas pela Equipe do CRAS para a manutenção do grupo de crianças e/ou adolescentes, ele afirma que:

A estrutura física não pode ser considerada um espaço muito aconchegante. É uma casa relativamente pequena, alugada e com infiltrações. As paredes têm um pouco de salitre e o espaço construído no quintal que serve para as oficinas, encontra-se deteriorado [...]. A questão do lanche influi também porque as crianças, em geral, gostam de novidades [...] e os recursos são escassos (Assistente Social C).

Desempenhar suas funções diante dos limites existentes nessas instituições, com uma frágil articulação aos demais setores de quem dependem e diante dos limites com o próprio quadro técnico, é um ato cotidianamente desafiador. É animador que mesmo diante dessa conjuntura, alguns profissionais continuam buscando alternativas para que o trabalho com crianças e/ou adolescentes possa ter continuidade nos CRASs. O/A Entrevistado G afirma: “[...] existem dificuldades sim, porém, em nenhum momento comprometeu o andamento do trabalho. Sempre existe um “PLANO B” para que o trabalho seja satisfatório, tanto para os usuários, quanto para a equipe”. Mesmo entendendo-se que o Assistente Social é um profissional que desempenha suas funções de forma criativa e desafiadora diante da crescente fragilidade nas condições de trabalho no contexto neoliberal (características que também se requer de outras categorias profissionais), entende-

se que as dificuldades comprometem sim a qualidade dos serviços prestados, mesmo que esses tenham continuidade e o profissional seja propositivo.

Diante do que foi analisado a partir das entrevistas realizadas nos CRASs de Campina Grande e considerando a falta de estrutura física adequada, bem como a ausência de material específico no CRAS Malvinas para se reinserir o trabalho com crianças e/ou adolescentes na unidade, entendeu-se, juntamente com a equipe técnica, que uma possível forma de inserir esse público nas atividades dessa instituição seria através de **parceria com escolas e/ou creches do bairro Malvinas e área de abrangência do CRAS**, para identificar-se possíveis formas de atender esses usuários através do Serviço de Proteção Social Básica do SUAS, ofertado pelo CRAS.

Em maio de 2016, após a escolha da faixa etária do público (crianças de 5 a 7 anos), que pretendeu-se atingir através do Projeto de Intervenção de Estágio iniciou-se uma busca por uma instituição no território de abrangência do CRAS Malvinas, que se interessasse não só pela execução desse projeto, mas por uma parceria contínua entre Escola e CRAS. Considerando a procura por uma escola que fosse próxima ao CRAS Malvinas, para facilitar o acesso dos usuários aos serviços prestados pelo CRAS Malvinas, foi escolhida a Escola Municipal Advogado Otávio Amorim, situada na Rua Frei Geraldo, e após exposição do Plano de Ação à sua diretoria, a mesma se mostrou bastante receptiva a ideia da realização de oficinas temáticas, atividades lúdicas e dinâmicas reflexivas com suas turmas do turno vespertino, que se encaixavam na faixa etária pretendida. A representante da diretoria, por sua vez, expôs sua alegria e o quanto esse trabalho seria viável para o enriquecimento do conhecimento de seus alunos com as temáticas voltadas para a família e para o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Escola Municipal Advogado Otávio Amorim possui duas turmas do 1º Ano, no turno vespertino, com faixa etária de 5 a 7 anos. Foram realizadas, antes da execução do Projeto de Intervenção nessas turmas, reuniões com as professoras das referidas classes, 1º A e 1º B, para discussão da metodologia e o material que melhor se adequaria ao público alvo direto, quais seriam as temáticas mais necessárias para serem abordadas e também o conhecimento dos perfis dos alunos. Segundo as professoras, esse era o quadro perceptivo de alguns desses alunos: “apresentavam uma carência afetiva extrema, dificuldade de aprendizagem, sinais de que vivenciavam a violência em casa, comportamento violento na convivência

com outros alunos, hiperatividade, introspectividade”. Estas professoras se mostraram bastante favoráveis à escolha das temáticas voltadas à “Família” e aos “Direitos e Deveres das Crianças”. Desta forma, no dia 01 de Junho deste corrente ano, esse projeto de intervenção começou a ser realizado na escola.

Conforme elaboração do Plano de Ação, o Projeto de Intervenção objetivou, além da obrigatoriedade para finalização do estágio nos CRAS Malvinas na condição de estudante do curso de Serviço Social da UEPB, iniciar um trabalho através do CRAS com esse público, efetivando uma parceria que teria continuidade pelos técnicos desse centro de referência. Tal projeto se operacionalizaria através de oficinas temáticas, atividades lúdicas, dinâmicas reflexivas, com a participação direta do público alvo. Ao final das atividades propostas, foi construído e apresentado à equipe do CRAS Malvinas um relatório que contemplou o desenvolvimento desse trabalho, bem como seus impactos para ambas as instituições.

Como eram duas turmas de aproximadamente 20 alunos, realizou-se duas oficinas em cada turma em dias diferentes. A primeira se realizou no dia 01 de Junho com a temática “Família” e a segunda foi realizada em 08 de Junho, com a temática “Direitos e Deveres das Crianças”.

A **primeira oficina** contemplou 21 crianças e, no primeiro momento, foi feito a apresentação de cada componente do grupo, além de solicitar que cada criança se identificasse. Em seguida procedeu-se com a apresentação do tema, onde explicou-se que a profissão de Serviço Social objetiva orientar as pessoas a conhecerem e buscarem os seus direitos, enfatizando-se que ter uma família e ir para escola faz parte dos direitos de todo cidadão. Na ocasião foi explicado as diversas formas de família existentes na atualidade, levando em consideração a realidade de cada um deles³².

No segundo momento, foi realizada uma dinâmica, “Um lugar na vida”, para explicar a essas crianças que todos precisam de alguém, que a família tem a função de orientar a buscar “um lugar na vida”. A dinâmica consistia em colar corações coloridos nas costas dos alunos sem que eles soubessem quais eram as cores,

³²Durante o desenvolvimento do projeto de intervenção, procurou-se utilizar uma linguagem adequada à compreensão do universo infantil, visto estar dentro dos objetivos desse projeto “intensificar ou promover novos conhecimentos para essas crianças, estimular suas vivências individuais e coletivas, contribuindo para a ampliação de suas potencialidades e trocas culturais” (Projeto de Intervenção CRAS Malvinas/2016).

enquanto corações coloridos maiores estavam colados nas paredes da sala. Assim eles deveriam se direcionar para as cores correspondentes ao coração que estava colado nas costas de cada um deles, sem terem conhecimento dessa cor e todos se divertiram e interagiram efetivamente. Tal dinâmica objetivou levá-los à reflexão de que a criança, enquanto sujeito em formação, precisa reconhecer as referências que são construídas a partir da presença dos sujeitos sociais responsáveis pela garantia dos seus direitos, conforme ilustrado na Figura 1 (Apêndice C).

No terceiro momento, a assistente social do CRAS Malvinas falou sobre a importância da família e da escola para o desenvolvimento das crianças.

No quarto momento foi realizada a “Dinâmica do Urso”, onde foi utilizado um ursinho de pelúcia que passava por cada criança, para que cada uma delas falasse o que tinha vontade de fazer com ele, explicando-se que o gesto deveria expressar o carinho que elas têm por sua família. Na ocasião, além das crianças serem convidadas à expressarem afeto umas pelas outras, foi possível uma reflexão sobre os vínculos afetivos que todas as pessoas, enquanto sujeitos humanos e sociais, tecem entre si, dentro do processo de sociabilidade em que se encontram inseridos. Todas essas considerações foram feitas numa linguagem e didática apropriadas para esse perfil.

Tal dinâmica foi escolhida porque na sondagem que foi realizada com as professoras antes da execução do projeto de intervenção nessa escola, elas relataram que as crianças demonstravam uma carência afetiva considerável. Assim, mesmo diante do entendimento de que essas crianças tinham várias outras carências, inclusive sociais e familiares, pretendeu-se então conduzi-las a uma experiência diferente. O resultado dessa experiência foi bastante positivo para todos os envolvidos, de forma que conseguiu-se cumprir o objetivo esperado, uma vez que principalmente as crianças se mostraram satisfeitas e estimuladas quanto a necessidade de estreitar afetos em suas famílias, conforme ilustrado na Figura 2 (Apêndice C).

A **segunda oficina** contemplou 19 crianças e, no primeiro momento, conforme foi feito na turma anterior, procedeu-se com a apresentação de cada estagiária e Assistente Social presentes, bem como de cada aluno da turma. Houve uma breve explicação sobre as atribuições do Serviço Social, numa linguagem de fácil entendimento. Também foi apresentado o tema “família”, levando em

consideração a realidade de cada um deles (pois alguns não eram educados e nem cuidados pelos seus respectivos pais biológicos).

No segundo momento foi apresentado um vídeo infantil, intitulado “Guigo descobre o que é família”, que explicava como é formada uma família (vídeo que mostrava, numa linguagem clara, os modelos de família, de acordo com a PNAS/2004) e sua importância. De acordo com a PNAS (2004, p. 41), a família é “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”. Também, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, no artigo 226, a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Sendo assim, partiu-se desses pressupostos e conduziu-se a turma à uma reflexão sobre o que é família, sua importância na vida individual e na sociedade, mesmo entendendo-se claramente que apesar da Constituição garantir que a família tem especial proteção do Estado e é ela quem forma a sociedade, esta é muitas vezes desassistida em seus direitos pessoais e sociais por ele, conforme inegavelmente é notório nos dias atuais e historicamente.

No terceiro e quarto momento foram realizadas as dinâmicas “Um lugar na vida” e a “Dinâmica do urso”, valendo-se das mesmas descrições e intenções relatadas na oficina anterior.

A **terceira oficina** contemplou 20 crianças e ocorreu com a mesma turma da primeira oficina, onde, no primeiro momento, explicou-se um pouco sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enfatizando os direitos e deveres de toda criança. Para essa temática, preocupou-se não só em desvelar os direitos, mas também os deveres, para que fosse possível a criança compreender que há uma relação entre os direitos e os deveres, abordados no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

No segundo momento, foi exposto alguns direitos e deveres da criança, enfatizando-se que cada direito está associado a um dever.

No terceiro momento foi apresentado o vídeo “ECA nas escolas”, cujo conteúdo é de fácil compreensão, pois é transmitido por crianças da mesma faixa etária dos alunos ali presentes. No vídeo, crianças relatam alguns direitos da Criança e do Adolescente inseridos no ECA, conforme ilustrado na Figura 3 (Apêndice C).

No quarto momento foi distribuída, aleatoriamente, uma figurinha impressa para cada criança, cuja imagem referia-se ao tema abordado e apontava um direito, um dever ou uma violação de direito das crianças.

No quinto momento convidou-se as crianças a montarem a maquete “Jardim dos Direitos”, onde cada criança deveria identificar, a partir da figurinha escolhida, se esta referia-se a um direito, dever ou violação de direito, e colocá-la no lugar correspondente a cada um deles na maquete. A maquete construída pela Equipe de Estagiárias envolvidas, tinha um espaço específico para os direitos (dentro do jardim) e para os deveres ou violação de direito (fora do jardim), conforme ilustrado na Figura 4 (Apêndice C).

A **quarta oficina** contemplou 11 crianças (pois alguns alunos dessa turma estavam participando de uma atividade paralela da escola) e procedeu de igual forma à terceira oficina, exceto pelo fato de não ter sido possível a apresentação do vídeo “ECA nas escolas”, devido essa oficina ter sido realizada num período mais curto e os alunos já estarem perto do horário de saída da escola.

Dentro do processo de desenvolvimento dessa intervenção, realizou-se uma atividade de avaliação e análise através de uma reunião com a equipe de estagiárias, com a professora orientadora de estágio da UEPB, a assistente social do CRAS Malvinas, a diretoria e as professoras das referidas turmas envolvidas nas oficinas, a fim de avaliação e análise dos impactos dessa ação interventiva para a escola e para os alunos. No diálogo, todas as partes puderam se expressar e a equipe pedagógica registrou por escrito sua análise da ação e sugestões para futuras oficinas que seriam realizadas pelo CRAS Malvinas.

Segundo registro escrito da Professora A, as próximas oficinas na escola poderiam voltar-se para temáticas de inclusão, onde ela afirma: “gostaríamos de sugerir atividades e oficinas para alunos com deficiência ou de necessidades especiais”. A direção da Escola sugeriu que os próximos grupos que fossem desenvolver atividades na escola trouxessem “estratégias criativas que abordem: a violência doméstica, o racismo, a violência na escola”, avaliando que a equipe de estagiárias “conseguiu atingir o objetivo em repassar informações básicas e essenciais sobre a família e o Estatuto da Criança e do Adolescente”.

No próximo capítulo foi abordado, de forma mais detalhada, a avaliação dos impactos da parceria entre a Escola Advogado Otávio Amorim e o CRAS Malvinas, segundo o olhar dos profissionais e estagiárias envolvidos nesse projeto.

4. ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PARCERIA REALIZADA ENTRE A ESCOLA MUNICIPAL ADVOGADO OTÁVIO AMORIM E O CRAS MALVINAS

A análise dos impactos da ação interventiva para as crianças, segundo a equipe de estagiárias, nas atividades do Projeto de Promoção da Proteção Social Básica de Assistência Social realizadas na Escola Municipal Advogado Otávio Amorim, é bastante satisfatória, pois as crianças conseguiram assimilar o conteúdo transmitido e interagiram satisfatoriamente. As crianças foram desafiadas, através de atividades lúdicas, a expressarem seus conhecimentos, sentimentos, possibilitando a superação de receios e limites de interação. Vale salientar que todas as atividades e exposições das temáticas ocorreram numa linguagem de fácil compreensão, permitindo que essas crianças se envolvessem bastante nas atividades propostas. A maioria correspondeu às dinâmicas realizadas, tornando-se perceptível que elas se sentiram acolhidas pela equipe que desenvolveu tal projeto, esboçando uma possível carência que se revelava em vários aspectos – afetiva, material, social, somando-se a outros tipos de privação de seus direitos.

Durante essas atividades percebeu-se que as duas turmas participaram de forma satisfatória, porém com diferenças de comportamentos, já que uma turma se portou de forma mais concentrada ao conteúdo exposto, só falando quando era solicitado, enquanto a outra esboçou uma maior necessidade de ser ouvida, de ter mais atenção, com liberdade de comunicação e maior capacidade de expressão. Em comum, ambas expressaram uma grande carência afetiva, muita receptividade e boa capacidade de assimilação dos conteúdos. Percebeu-se que alguns pontos dos temas abordados eram novidades para eles, no entanto, a maioria assimilou bem o que foi apresentado.

Além do mais, houve algumas dificuldades para o desenvolvimento das atividades da forma como foram planejadas, pois na primeira oficina não foi possível apresentar o vídeo planejado devido falha técnica nos equipamentos de vídeo, mas tudo foi adaptado para não haver maiores prejuízos com o conteúdo a ser apresentado. Na segunda oficina foi perceptível a dificuldade de se “prender” a atenção das crianças, pois estas demonstraram uma maior necessidade de expressão. Na terceira oficina, a atividade ocorreu de forma satisfatória, como planejada. A quarta oficina foi menos produtiva, pois a turma estava dispersa devido

outra atividade que a escola estava promovendo no momento, mas a equipe conseguiu superar esse limite e desenvolver o trabalho.

A equipe pedagógica da escola analisou o trabalho desenvolvido pelas estagiárias do CRAS Malvinas como muito proveitoso, positivo e gratificante, devido à relevância social dos temas abordados, permitindo que as crianças se identificassem, através da ludoterapia, com os temas que foram apresentados, enfatizando a afetividade através das dinâmicas, tendo em vista que essas crianças apresentam uma grande carência afetiva e também se inserem em vários contextos em que seus direitos são negados no dia-a-dia, afetando suas condições objetivas de vida. A Professora A relata que a intervenção foi muito proveitosa devido “a relevância social e por permitir que, de forma lúdica, as crianças pudessem se identificar em situações que envolvem suas famílias e fatos que ocorrem diretamente com elas”. São consideradas famílias de baixa renda, pelo governo, as famílias que tem renda mensal mínima de R\$ 394,00 por pessoa (Portal Brasil, 2015).

A equipe enfatizou que as atividades apresentadas repassaram informações básicas e essenciais para essas crianças, “gerando impactos na valorização e consciência de si mesmo”. Destacam ainda que já incluem no seu plano didático pedagógico temas voltados para os aspectos da cidadania e a questão família-aluno-escola, achando necessário trabalhar os direitos e deveres da criança constantemente na escola e que esse “olhar” transmitido pelas estagiárias seria incorporado nas atividades escolares.

As estagiárias do CRAS Malvinas foram avaliadas pela equipe pedagógica como alunas “compromissadas e de energia positiva, que atingiram suas metas, “acariciando o coração de cada uma dessas crianças que participaram das atividades” e sugerem que mais estagiários possam vir contribuir com a escola. Segundo relatos dessa equipe, a sondagem inicial e o planejamento cuidadoso para a execução do projeto foram de suma importância para que se conseguisse alcançar o objetivo proposto, gerando impactos positivos para as crianças, instituições e estagiárias.

A equipe também sugere para as próximas atividades que serão desenvolvidas pela equipe técnica do CRAS Malvinas, temas como: violência doméstica e escolar, racismo e atividades voltadas para alunos com necessidades especiais, deixando bem claro que essa parceria entre Escola/CRAS é muito importante para que os

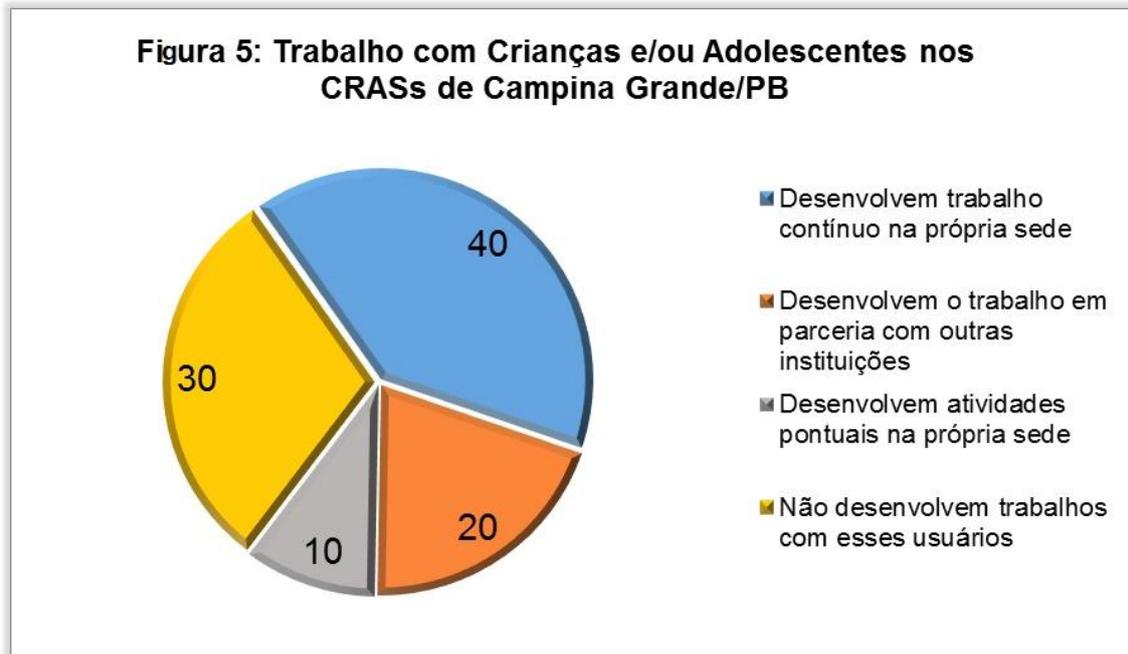
alunos, enquanto usuários, sejam acompanhados e inseridos na rede socioassistencial. Na ocasião, através da Assistente Social do CRAS Malvinas, foi assumido o compromisso de dar continuidade à parceria entre essa instituição e a referida escola, através de atividades socioeducativas e atendimentos individuais a alunos que necessitassem. Tais atividades, dias e horários ficaram de ser combinados após o retorno das aulas, através de reunião entre a profissional do CRAS e a diretoria da escola.

4.1 Análise do trabalho desenvolvido com Crianças e Adolescentes nos Centros de Referência de Assistência Social em Campina Grande/PB

De acordo com a pesquisa realizada em Campina Grande, constatou-se que o município dispõe de 10 Centros de Referência de Assistência Social para atendimento da Proteção Social Básica de Assistência Social. Eles se localizam nos seguintes bairros ou extensões do próprio município: Malvinas, Pedregal, Mutirão, Catingueira, Ramadinha I, José Pinheiro, Jeremias, Liberdade, Galante e São José da Mata. Vale a pena ressaltar que a realização do mapeamento municipal de todos os Centros de Referência de Assistência Social, entre o período de 23 de Abril de 2015 a 11 de março de 2016, a fim de desvelar como o trabalho com crianças e adolescentes vinha sendo desenvolvido a nível municipal, foi de fundamental importância para o desenvolvimento de uma estratégia de trabalho com Crianças e Adolescentes para o CRAS Malvinas. Esse mapeamento apontou nitidamente que a parceria era uma das formas utilizadas pelos CRASs que apresentavam mais dificuldades de trabalharem com esse público em suas sedes.

A análise desse mapeamento foi limitada aos pontos mais importantes que nortearam o entendimento de como se desenvolve esse tipo de serviço no município de Campina Grande, de uma forma generalizada, apesar do entendimento de que cada CRAS possui suas particularidades. O mapeamento encontra-se ilustrado na Figura 5 e ressaltou que, 4 dos CRASs (40%) realizavam o trabalho com crianças e/ou adolescentes em sua própria sede, 2 CRASs (20%) se valiam de parcerias com outras instituições para conseguir atender esse público, 1 CRAS (10%) realizava atividades pontuais com esse público em sua sede, porém apenas em datas comemorativas e 3 CRASs (30%) não realizavam nenhum tipo de trabalho com esses usuários. Em suma, 70% dos CRASs de abrangência de Campina Grande

realizavam algum tipo de atividade com crianças e adolescentes, apesar das dificuldades constatadas e relatadas.



Metade desses CRASs (50%) foram implantados há mais de 9 anos, e em 2 deles, cujas implantações respectivas ocorreram há 6 meses e 1 ano e 2 meses, não se desenvolve nenhum trabalho com crianças e/ou adolescentes, sendo a recente criação desses centros, uma das razões apontadas pelas técnicas para a inexistência desse trabalho.

A formação dos grupos de crianças e/ou adolescentes se deu através de busca ativa das técnicas dos CRASs na sua referida localidade ou porque os participantes de outros grupos desses centros levavam seus filhos/netos para as reuniões, daí um trabalho paralelo começou a ser formado com esses usuários. O trabalho em parcerias também é uma estratégia para potencializar esses usuários e é realizado em vários CRASs. São trabalhos potencializados em escolas e creches, palestras socioeducativas em parceria, por exemplo, com o Programa Saúde da Família (PSF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), Ministério Público (MP) e o Conselho Tutelar.

Os trabalhos desenvolvidos nesses Centros de Referência com esses usuários acontecem de acordo com a necessidade apresentada pelo próprio grupo. São realizadas palestras sobre temáticas transversais às suas necessidades

(Estatuto da Criança e do Adolescente, exploração do trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, redução da maioridade penal, respeito mútuo, cidadania, inter-relação familiar, alimentação saudável, valorização do sujeito, entre outras), oficinas de interação, vídeos, dinâmicas de grupos, ludoterapia, campanhas de sensibilização, clubes de leitura, momentos de lazer fora das instituições, acompanhamento de atividades escolares, acompanhamento individual conforme a necessidade do usuário, encaminhamentos específicos, aulas de capoeira, lutas marciais, aulas de canto e instrumentos de música.

Os principais limites apontados, segundo os entrevistados, para a execução, manutenção ou não execução do trabalho com esses usuários são: dificuldades com transporte para locomoção dos usuários à atividades fora da instituição; mudanças de localidade ou de gestão em alguns CRASs, estrutura física inadequada, falta de material didático ou eletrônico, poucos profissionais para atenderem a grande demanda e trabalhar com esse tipo de usuário (levando alguns a desenvolverem funções que não são suas), profissionais inabilitados, baixa frequência dos usuários devido a outros programas que o governo oferece ou as aulas em período integral no colégio, lanche inadequado, baixos recursos financeiros e dificuldades de parcerias para promoção de eventos em datas comemorativas, baixos recursos inviabilizando a visita domiciliar (com destaque para a limitação do transporte semanal que é disponibilizado para essas visitas), dificuldades na efetivação da política de assistência, gerando o aumento da vulnerabilidade social e violação de direitos, ausência da estrutura familiar no cuidado com as crianças.

Em contrapartida, algumas possibilidades apontadas para superação desses limites são: buscar superar as dificuldades de material didático através da criatividade, realizar trabalhos em parcerias, entre outras, e, embora seja conhecido que o profissional, em seu perfil, tenha que ser propositivo, há de se considerar que o quadro de dificuldades enfrentados cotidianamente por estes, inviabiliza o seu trabalho e, por isso, deve-se ponderar, pois o assistente social não deve se revestir de um perfil messiânico, visto não possuir o poder solitariamente de transformar a realidade, pois esta transformação está para além da ação de uma profissão.

Após o referido mapeamento, percebeu-se que os trabalhos com o público feminino prevalece na maioria dos CRASs, deixando nítida que a questão de gênero ainda é algo marcante na sociedade, visto que a presença das mulheres é bem mais efetiva nos encontros realizados pelos Centros de Referência, devido esse público

ser mais flexível e se sentir mais pertencentes aos serviços ofertados. Visualizou-se que o trabalho com crianças e/ou adolescentes é um trabalho de grande significância para a vida da criança e sua família, no entanto, se desenvolve de forma frágil, diante dos limites que foram apontados. Os profissionais desses Centros de Referência não dispõem dos recursos necessários para a prestação de um serviço mais eficiente, visto até pela fragilidade das próprias políticas públicas, que são imediatistas, seletivas e fragmentadas. Também observou-se que nem todos os entrevistados possuem clareza de suas atribuições no desenvolvimento dos serviços oferecidos a esse público, levando alguns a se portarem de forma conservadora³³.

Tais trabalhos desenvolvidos nesses CRASs são, de fato, um constante desafio, onde os profissionais necessitam trabalhar a prevenção de riscos pessoais e sociais na vida dos seus usuários, sendo estes já existentes. Se tais riscos existem devido a conjuntura de desigualdade estabelecida pelo sistema econômico vigente, é possível afirmar que eles perdurarão enquanto este existir, no entanto, o desafio consiste em atender as necessidades básicas de todos os usuários que estão em situação de risco e vulnerabilidade social, porém, a materialidade desses direitos ainda não é vivenciada no cotidiano dos sujeitos sociais que compõem às famílias de baixa renda. O Estado não provê os direitos que a própria constituição garante, seja através de programas sociais e/ou das políticas públicas e, de maneira geral, isso fragiliza a própria consolidação da cidadania.

³³Resultado de observações durante coletivos no período de estágio no CRAS Malvinas; análise do mapeamento realizado em todos os CRAS de Campina Grande.

5. CONSIDERAÇÕES

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento legal que norteia os direitos da Criança e do Adolescente, com absoluta prioridade de proteção que lhes assegure todas as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento social, moral, mental e físico, constituindo-se essa proteção como dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público. O próprio ECA, no seu Artigo 7º, reforça a importância das políticas sociais públicas para o desenvolvimento da Criança e do Adolescente, assegurando a estes “todas as oportunidades e facilidades” que contribuam para o seu desenvolvimento, portanto, oferecer serviços que previnam situações de riscos sociais e pessoais significa contribuir para que esse objetivo se efetive. Sendo assim, a Proteção Social Básica possui um papel fundamental na contribuição da realidade social em que esses usuários estão inseridos.

A precariedade e a redução no investimento das políticas sociais, bem como a regressão de direitos vivenciadas com mais intensidade no neoliberalismo são alguns dos atenuantes que limitam essas oportunidades, pois essa conjuntura que fragiliza os direitos da criança, do adolescente e do profissional, dificultam a execução e qualidade dos serviços prestados pelo assistente social que, através da instrumentalidade, necessita atender as demandas que surgem nos Centros de Referência de Assistência Social, considerando a análise de toda a realidade que envolve os usuários, através de uma postura crítica.

Conforme lamamoto (2012, p. 49), nos desafios da contemporaneidade:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e interventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história.

Tal afirmação deixa claro algumas características que devem estar intrínsecas na postura do Assistente Social quanto profissional propositivo e investigativo. Afirma que o conhecimento da realidade é fundamental para a intervenção desse

profissional, pois lhe dará condições de vislumbrar novas alternativas de atuar nos processos sociais. Então, diante de todo o trabalho desenvolvido, principalmente no momento das entrevistas realizadas em todos os Centros de Referência de Assistência Social em Campina Grande, ficou nítido que a maioria desses técnicos possuem clareza das adversidades que os desafiam na contemporaneidade, e buscam “vislumbrar novas alternativas de trabalho” no intuito de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar”.

A realização de todas as atividades desenvolvidas no Projeto de Promoção da Proteção Social Básica de Assistência Social foi bastante satisfatória e promissora, pois além do mais, possibilitou uma concretização de parceria entre o CRAS Malvinas e a Escola Municipal Advogado Otávio Amorim, com o intuito de aproximar as duas instituições e se identificar possíveis formas de incluir as crianças e/ou adolescentes dessa escola nas atividades do CRAS. Foi uma parceria bastante produtiva para a Escola, uma vez que houve um reforço do plano pedagógico já desenvolvido pela instituição; importante para o CRAS Malvinas, pois essa parceria possibilitou a inclusão desse público nas suas atividades (que até então apresentava ausência desse público, em seus trabalhos, de forma direta), culminando em identificação de demandas a serem trabalhadas por ele e também firmou a continuidade dessa parceria; e bastante produtivo para as próprias estagiárias, enquanto estudantes do curso de Serviço Social, pois possibilitou relacionar a teoria ensinada na academia, com a ação prática durante o estágio, enriquecendo e agregando valor à formação acadêmica.

No decorrer das atividades foram identificados alguns problemas específicos que algumas crianças apresentam, de modo que estes serão, a partir de agora, assistidos pela equipe técnica do CRAS e encaminhados para os profissionais específicos para cada caso, deixando assim bem claro que o objetivo desse projeto foi atingido.

De acordo com a equipe do CRAS Malvinas, será dada continuidade a esse trabalho através da parceria efetivada, ficando sugerido outras atividades nas demais turmas dessa escola, com temáticas voltadas para cada faixa etária e suas necessidades, que permitirá identificar demandas a serem trabalhadas, no futuro, pelo CRAS Malvinas.

Levando-se em consideração que a realidade social não é estática, mas está em constante movimento, essa trajetória oportunizada pelo estágio, foi

extremamente enriquecedora para a produção de conhecimentos, pois possibilitou a relação entre o conhecimento teórico e o conhecimento prático adquirido ao longo de todo o curso de Serviço Social, visto entender-se também, que a desigualdade social estabelecida no sistema capitalista não é um fator natural inerente a criação da sociedade, ao contrário, ela se estabeleceu mediante os interesses da classe dominante nessas relações e, portanto, pode ser desconstruída à partir da articulação dos sujeitos na luta de classes.

Apesar do agravamento atual das dificuldades no desempenho de suas atribuições devido o contexto neoliberal, o Assistente Social, por ser um profissional que busca desvelar a realidade social levando em consideração sua totalidade, deve despir-se de posturas fatalistas “que naturalizam a vida social [...] e a ordem do capital” (IAMAMOTO, 2004, p. 115), pois isso lhe atribuirá passividade e percepção de que nada lhe resta fazer a não ser agir de forma assistencial e imediata, aceitando a naturalização do que está posto no presente. Também deve despir-se de posturas messiânicas, “que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social” (IAMAMOTO, 2004, p.115), pois suas ações individuais e sua profissão por si só não possuem a solução para o fim das expressões da Questão Social. O reconhecimento das determinações da realidade social, bem como de seus impactos no trabalho e postura do assistente social foram observados na pesquisa realizada nos CRASs de Campina Grande/PB, já relatadas nesse trabalho.

O correto entendimento do papel do assistente social na superação desse modelo de sociedade vigente, é fundamental para a contribuição na construção de ações que levem ao rompimento desse modelo, portanto, o trabalho com crianças e/ou adolescentes constitui-se numa importante e promissora ferramenta de intervenção profissional, visto trabalhar o sujeito em fase inicial de desenvolvimento, repercutindo também na sociedade.

O desenvolvimento desse trabalho e todas as requisições por ele impostas culminou na afirmação do perfil profissional do assistente social descrito por lamamoto, pois impulsionou uma postura investigativa, crítica, reflexiva, capaz de desvelar a realidade e propor uma alternativa de trabalho contínuo e viável que irá interferir na vida dos usuários atendidos, direto ou indiretamente, pelos serviços prestados pela equipe profissional do CRAS Malvinas.

Assim, compreende-se que é imprescindível que a categoria profissional possa ter condições de trabalho que lhes garanta cumprir com as suas atribuições frente às demandas existentes no território aqui citado. Desse modo, isso só se torna possível à medida em que a gestão municipal, bem como as demais esferas, garantam os recursos humanos e materiais necessários e também autonomia profissional que possibilite a concretização dos objetivos desejados.

REFERÊNCIAS

AMICUCCI, E. M. M. **Estágio supervisionado em Serviço Social: Tempos Atuais e Velhos Desafios**, 2011, 210f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011, v. 2 (cap. 4).

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, 2009a. Disponível em: http://edesp.sp.gov.br/edesp2014/wp-content/uploads/2014/06/livro-Tipificacao-Nacional_internet.pdf. Acesso em: 02/02/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1º. Ed. Brasília: MDS, 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2014), Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**, 2012.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos – Prioridade para Crianças e Adolescentes Integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. MDS, 2010. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/fcd77625ea9a.pdf>. Acesso em: 13/03/2015.

CFESS, Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas sociais. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. **Conhecendo os direitos e deveres das crianças e adolescentes**. Disponível em: www.claretiano.edu.br. Acesso em 07/10/2016.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei Federal nº. 8.069**, de 13 de Julho de 1990.

FONSECA, K. H. C; SANTOS, I. C.; TADEUCCI, M. S. R.; CARNIELLO, M. F.; KAMIMURA, Q. P. **A Trajetória das Políticas Sociais e a Assistência Social no Brasil: Avanços e Espaços de Conquistas**. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0016_1038_01.pdf. Acesso em: 11/05/2016.

GUIMARÃES, C. P. **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: Um novo Marco Regulatório em Pauta**. 2007. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/d0b0eabd260273e9ea63Christiane_Passos.pdf. Acesso em: 11/05/2016.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 22º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios Críticos**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE. **População do Bairro Malvinas**. Disponível em: http://populacao.net.br/populacao-malvinas_campina-grande_pb.html. Acesso em: 12/03/2015.

LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS. **Lei Federal nº. 8.742**, de 07 de Dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm

MALTA, A. O. **Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais na Proteção Social Básica no CRAS Malvinas em Campina Grande - PB**, 40f, 2014. TCC, (Trabalho de Conclusão de Curso), Departamento de Serviço Social, UEPB, 2014.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>. Acesso em: 13/03/2015.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **Assistência Social - Financiamento**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/financiamento>. Acesso em: 06/03/2015.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **Assistência Social - Proteção Básica**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica>. Acesso em: 11/05/2016.

MDS. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – **PNAS/2004**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf. Acesso em 20/10/2016.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Serviço para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servico-para-criancas-e-adolescentes-de-6-a-15-anos%20/servico-para-criancas-e-adolescentes-de-6-a-15-anos/?searchterm=Servi%C3%A7o%20para%20Crian%C3%A7as%20e%20Adolescentes%20de%206%20a%2015%20anos>. Acesso em: 03/02/2015.

PILOTTI, F.; R., I. **A Arte de Governar Crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño. Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

PLANO DE AÇÃO ANUAL, CRAS Malvinas, 2015.

PORTAL BRASIL. **Cidadania e Justiça**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/cadastro-unico-e-porta-de-entrada-para-programas-sociais>. Acesso em 20/10/2016.

PORTAL PARAÍBA HOJE. **As Principais Notícias do Estado, em 09/10/2011**. Disponível em: <https://paraibahoje.wordpress.com/2011/10/09/bairros-viram-%E2%80%9Cidades-independentes%E2%80%9D/>. Acesso em: 07/10/2016.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2010 e 2014, do CRAS Malvinas.

RIBEIRO, P. A. A Descentralização e a Territorialização nas Políticas de Assistência Social. In: **SINAIS** - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n. 12, v.1, p. 69 - 84, 2012.

SANTOS, S. Í. L.; SOUZA JÚNIOR, X. S. S. **Mapeamento da Violência Urbana em Campina Grande**: Tendências e Desafios em Busca da Cidade Sustentável, p. 1 - 30, 2010. Disponível em:
<http://www.cnpq.br/documents/10157/937b762a-85cc-497e-9cc8-1b0026fa75d8>.
Acesso em: 07/10/2016.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. Biblioteca Básica de Serviço Social. 6º ed. São Paulo: Cortez, v. 3, 2012.

VÍDEO: **Guigo Descubre o que é Família**. Disponível em:
<https://youtu.be/DKhhmncM-8Q>. Acesso em 11/05/2016.

WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. **Malvinas (Campina Grande)**. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Malvinas_%28Campina_Grande%29. Acesso em:
12/03/2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Título da pesquisa: LIMITES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO COM CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES, NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB.

Orientador Responsável: Patrícia Crispim Moreira

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Há quanto tempo esse CRAS foi formado?
2. Que grupos de trabalho existem no CRAS neste momento?
3. Fale um pouco sobre o Grupo de Crianças
4. Quais as atividades desenvolvidas no grupo?
5. Quais os temas trabalhados no grupo?
6. Existem dificuldades para se manter o trabalho com esses grupos? Quais?

7. Como é formada a equipe profissional que conduz as atividades no grupo?
8. Como a equipe trabalha as necessidades sociais das crianças e adolescentes do grupo?
9. De acordo com a sua visão profissional, qual a importância do trabalho com crianças e adolescentes para a família e a comunidade?
10. Gostaria de acrescentar algo a mais?

APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Título da pesquisa: LIMITES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO COM CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES, NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB.

Orientador Responsável: Patrícia Crispim Moreira

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Há quanto tempo esse CRAS foi formado?
2. Que grupos de trabalho existem no CRAS neste momento?
3. Existem dificuldades para se formar e manter grupos de crianças e adolescentes nessa instituição?
4. De acordo com a sua visão profissional, qual a importância do trabalho com crianças e adolescentes para a família e a comunidade?
5. Como é formada a equipe profissional da instituição?
6. Gostaria de acrescentar algo a mais sobre o trabalho do assistente social no referido CRAS?

APÊNDICE C

FIGURA 1 – Referente a “Dinâmica Um Lugar na Vida”.



FIGURA 2 – Referente a “Dinâmica do Urso”.



FIGURA 3 – Referente a exposição do vídeo “ECA nas escolas”.



FIGURA 4 – Referente ao momento da montagem da maquete “Jardim dos Direitos”.

